



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL



Relatório e Contas

2006

Título

Relatório e Contas 2006

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente da Direcção

Alda de Caetano Carvalho

Capa e Composição Gráfica

INE - Departamento de Difusão e Clientes

Impressão

INE - Departamento Financeiro e Administrativo

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-972-673-932-6

Depósito Legal nº 79235/94

Periodicidade Anual

O INE na internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente

808 201 808

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO	9
 ACTIVIDADE ESTATÍSTICA.....	 11
Os desenvolvimentos na Produção Estatística	12
Recolha de Informação e Relação com o Respondente	17
Metodologias Estatísticas	18
Difusão de Informação	20
 OUTRAS ACTIVIDADES	 22
Coordenação e articulação do Sistema Estatístico Nacional	22
Planeamento e Gestão da Qualidade	23
Tecnologias de Informação e Comunicação	24
Actividades de Âmbito Internacional	25
 RECURSOS HUMANOS.....	 27
RECURSOS FINANCEIROS.....	29
Perspectiva da Contabilidade Pública	29
Perspectiva da Contabilidade Patrimonial	31
 BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	 35
 MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	 39
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	 47
 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	 51

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas

2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - PORTUGAL

SUMÁRIO

O desenvolvimento da actividade estatística programada para 2006 visou fundamentalmente o reforço de três dimensões específicas:

- A Eficiência das acções ligadas à produção e à difusão;
- A Qualidade e credibilidade da informação estatística nacional e a satisfação dos seus utilizadores;
- A Coordenação e articulação do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Pode considerar-se que o objectivo foi moderadamente alcançado - não obstante a insuficiência de recursos humanos com competências adequadas às exigências da produção estatística - graças à conjugação de factores especialmente relevantes: o aumento da produtividade capital humano da instituição, a intensificação do recurso a novas tecnologias de recolha, tratamento e difusão da informação e o melhor aproveitamento dos dados administrativos.

De facto, foram dados passos importantes na recolha através da *Internet (Webing)* e de entrevistas telefónicas, com gestão integrada das respostas, melhoradas as aplicações associadas a algumas operações e assinados vários protocolos para acesso a dados administrativos em novas áreas. Na vertente da difusão deu-se um importante impulso no desenvolvimento do “Portal das Estatísticas”, do qual, no final do ano, ficou concluída uma versão para testes internos às suas múltiplas funcionalidades.

Foram promovidas auditorias da qualidade nas áreas do Inquérito ao Emprego e das Estatísticas do Comércio Internacional e realizado um Inquérito à Satisfação dos Clientes - Órgãos de Comunicação Social, no âmbito do Plano Integrado de actividades de Auscultação dos Clientes do INE, do qual decorreu um Ciclo de *Workshops* para Jornalistas.

Na vertente da coordenação do Sistema Estatístico Nacional e fruto de um compromisso seriamente assumido, foi finalizada a proposta de nova Lei do SEN, a qual viria a ser aprovada no Plenário de Julho e apresentada ao Governo. Ainda nesta vertente, aprofundou-se a cooperação com todas as entidades intervenientes na produção estatística oficial nos processos de elaboração do Plano de Actividades do SEN e respectivo Relatório de Execução.

Destaca-se ainda a criação, em 2006, do Gabinete para a concepção e execução dos Recenseamentos Geral da População e Habitação 2011 (Censos 2011), bem como o prosseguimento das acções de promoção e preparação da 56ª Sessão Bienal do ISI, que se realizará em Lisboa, em Agosto de 2007.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativa ao exercício financeiro do ano de 2006, visa apresentar os aspectos mais importantes da actividade desenvolvida pelo INE e analisar os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da actividade do INE em 2006 é apresentada no **Relatório de Actividades do INE e das Outras Entidades Intervenientes na Produção Estatística Nacional referente ao ano de 2006**, a submeter oportunamente a parecer do Conselho Superior de Estatística.

O presente documento está organizado em quatro partes:

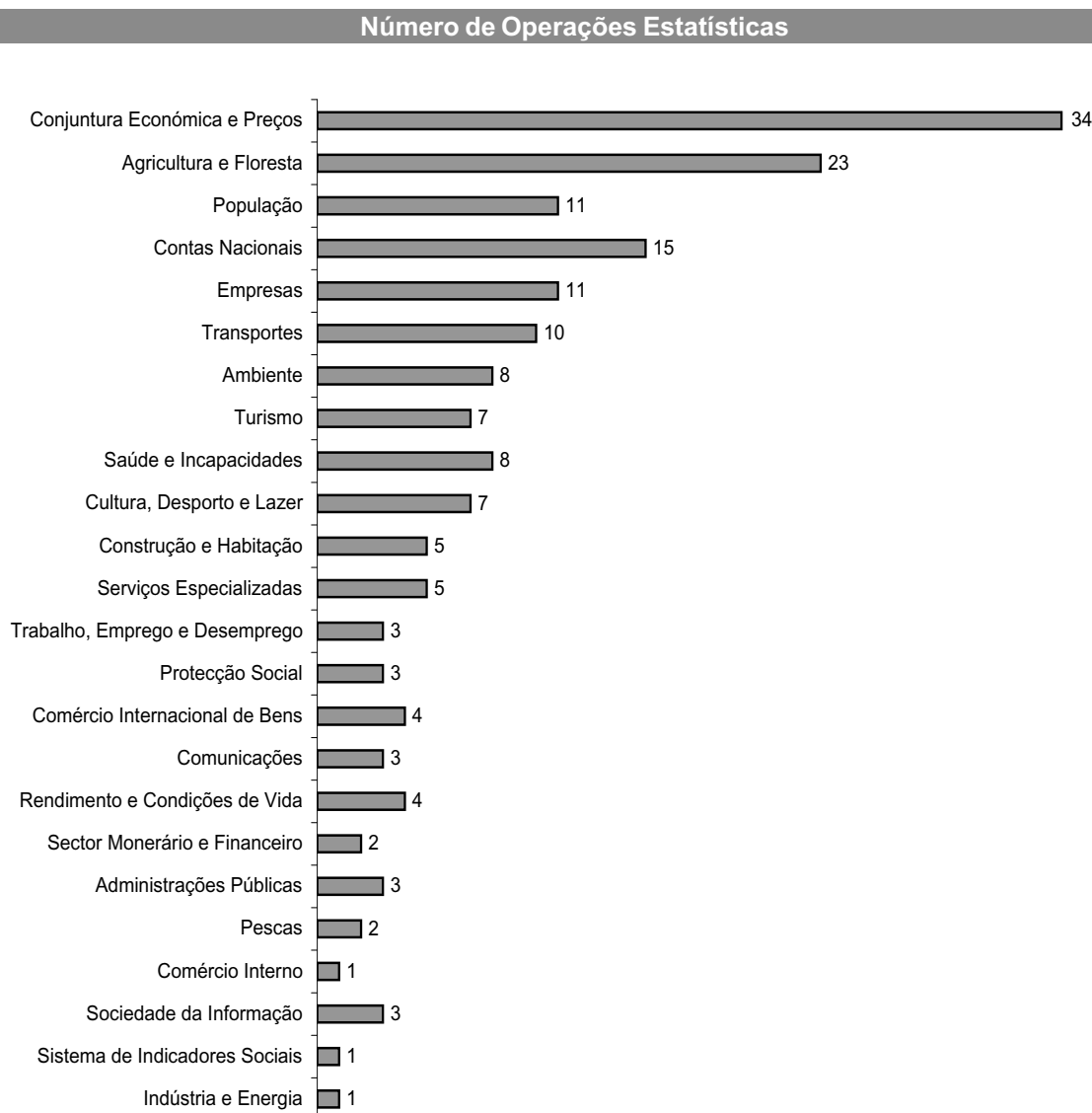
- Na primeira parte faz-se uma apresentação sintética do conjunto da actividade estatística exercida pelo INE ao longo de 2006: descrevem-se os aspectos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano; enunciam-se as principais actividades na área da recolha de informação; e abordam-se as principais temáticas associadas à metodologia estatística e às actividades de difusão;
- Na segunda parte analisa-se um conjunto de outras actividades desenvolvidas no âmbito do INE, ao nível da coordenação, do planeamento e da gestão da qualidade, da infra-estrutura de tecnologias de comunicação e informação e das actividades de âmbito internacional;
- Na terceira parte caracteriza-se os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de Dezembro de 2006;
- Na quarta parte apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respectivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

1. ACTIVIDADE ESTATÍSTICA

Para 2006 previram-se 175 operações estatísticas, das quais não se realizaram as seguintes:

- Inquérito às Instituições de Solidariedade Social-2004, devido a questões metodológicas;
- Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais-2005, por insuficiência de recursos.

O gráfico seguinte apresenta as operações realizadas, enquadradas por áreas estatísticas:



Destaca-se que, na área da “Sociedade da Informação”, o INE realizou adicionalmente a operação estatística “Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação dos Hospitais”, inscrita no Plano de Actividades de 2006 como sendo da responsabilidade da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

1.1. Os desenvolvimentos na Produção Estatística

Destacam-se as operações mais significativas, de acordo com os objectivos definidos no Plano de Actividades para 2006:

Estatísticas Multitemáticas

- Actualização de indicadores do Perfil do Género;
- Participação no Grupo de Trabalho, externo, sobre a Violência Doméstica, para análise das diferentes definições do conceito, selecção de um conjunto de indicadores para inclusão no Perfil do Género e apresentação de um relatório com recomendações para o desenvolvimento de trabalhos futuros nesta área;
- Colaboração nas actividades sobre igualdade de Género no âmbito do programa de trabalhos da Presidência do Conselho de Ministros;
- Participação no projecto comunitário liderado pela Noruega sobre medidas de discriminação para as minorias étnicas, com a elaboração do estudo do caso de Portugal.

População e Sociedade

População

Estatísticas das Migrações:

- Desenvolvimento de trabalhos com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no sentido de apropriar para fins estatísticos, a informação relativa a prorrogações de vistos e de autorizações de permanência de forma a estimar o valor total de população estrangeira em Portugal;
- Assinatura de Protocolo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com o objectivo de melhorar a observação do fenómeno emigratório e apropriar a informação relativa à concessão de vistos com o objectivo de estimar o fluxo imigratório de estrangeiros;
- Continuação dos estudos a nível interno, com a execução de estatísticas espelho com Espanha, Reino Unido e França no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e elaboração de uma nova metodologia de apuramento dos dados do Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, tendo por objectivo a melhoria da precisão das estimativas obtidas;
- Assegurada a devida articulação com a Conservatória dos Registos Centrais e com o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, no sentido de apropriar informação administrativa relativa às aquisições de nacionalidade, de forma a responder cabalmente ao futuro regulamento comunitário sobre migrações e protecção internacional.

Trabalho, Emprego e Desemprego

- Concluídos os trabalhos de concepção dos novos modelos de difusão das Estatísticas do Emprego e do Índice de Custo do Trabalho (quer na forma, quer nos conteúdos);
- Introdução, a partir de Maio de 2006 e com os dados do 1º trimestre, de um novo ciclo na difusão de estatísticas desta área:

Estatísticas do Emprego:

- “Destaque” renovado na forma de apresentação e nos conteúdos;
- “Publicação” (apenas disponível no site) renovada na forma de apresentação e nos conteúdos, onde se destacam análises mais aprofundadas e alinhadas com as melhores práticas internacionais, mais quadros de resultados, apresentação regular de um Tema em análise onde se abordam, de forma pedagógica, questões do foro técnico;

- “Bases de microdados anonimizados” do Inquérito ao Emprego disponibilizados a investigadores, série completa desde o 1º trimestre de 1998, de forma harmonizada e acompanhados de documentos integrados de apoio aos utilizadores;
- Início do tratamento e organização das “Bases de microdados anonimizados” dos Módulos do Inquérito ao Emprego, bem como elaboração dos respectivos documentos integrados de apoio aos utilizadores, com vista a disponibilizar em 2007.

Índice de Custo do Trabalho:

- “Destaque” renovado na forma de apresentação e nos conteúdos.

- Encurtamento dos prazos na difusão de todos os dados aos clientes regulares trimestrais;
- Continuação do investimento na elaboração de estudos, textos e análises, não só para alimentar o tema em análise em cada publicação Estatísticas do Emprego, mas também para reforçar a capacidade de análise e validação dos resultados;
- Realização de uma deslocação ao INE de Espanha, com vista a contactos exploratórios no sentido da apreensão da experiência recente desta instituição na implementação do método de recolha por telefone (CATI) no Inquérito ao Emprego.

Rendimento e Condições de Vida

- Conclusão do trabalho de campo, iniciado em 2005, do “Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006”, bem como do desenvolvimento do processo de avaliação da consistência dos valores de resposta e correcção dos dados desta operação estatística;
- Início do trabalho de campo do “Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias”.

Educação e Formação

- Início dos trabalhos de preparação da operação estatística “Inquérito à Educação e Formação de Adultos”, no âmbito do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu relativo à produção e desenvolvimento de estatísticas de educação e da aprendizagem ao longo da vida;
- Articulação institucional com entidades competentes na área da Educação e Formação de Adultos - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Direcção-Geral de Formação Vocacional, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento e Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho - ao nível da definição do conteúdo e da metodologia do questionário, da análise das especificações de selecção, dimensionamento e distribuição espacial da amostra, do desenho do questionário piloto e da elaboração do documento metodológico.

Cultura, Desporto e Lazer

- Implementação dos procedimentos estabelecidos pelo INE e Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) para a substituição do “Inquérito ao Cinema” por informação resultante da informatização das bilheteiras;
- Conclusão do processo de introdução da produção estatística do Cinema no Data Warehouse;
- Realização do “Inquérito aos Recintos Culturais”, de periodicidade bienal, cuja informação foi divulgada na publicação “Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2005”, editada a 5 de Dezembro.

Saúde e Incapacidades

- Recuperação, em articulação com a Direcção-Geral de Saúde, dos atrasos na informação relativa à mortalidade, tendo a informação sobre as Causas de Morte 2005 sido disponibilizada em 9 de Janeiro de 2007.

Território e Ambiente

Território

- Estruturação da informação estatística no âmbito do Perfil do Território para disponibilização no Portal do INE;
- Apresentação e aprovação do relatório de Diagnóstico das Estatísticas de Base Territorial do SEN, que deu lugar à criação de uma Sessão Restrita do Conselho Superior de Estatística, com o mandato de construir um sistema de indicadores regionais para a monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas, do qual em Dezembro de 2006 foi apresentada uma primeira proposta;
- Apresentação de uma proposta de implementação do “Sistema Nacional de Informação Georreferenciada de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva”, no âmbito do GT interinstitucional para a georreferenciação de equipamentos, dinamizado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território (SEOT) e coordenado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU);
- Estruturação de um sistema de indicadores com informação infra-anual de âmbito regional e municipal para a monitorização sócio-económica do território da Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), passando a informação a ser disponibilizada numa base trimestral;
- Participação na Equipa Nacional do Exame Territorial da OCDE, coordenada pela DGDR, com especial destaque para a preparação do anexo estatístico de suporte ao relatório nacional e a articulação interinstitucional para a obtenção de informação estatística produzida por entidades externas.

Economia e Finanças

Contas Nacionais/Administrações Públicas

- Continuação do processo de recuperação dos atrasos das Contas Nacionais Anuais (Ramos e Sectores) na base 2000, com a disponibilização, em Março de 2006, das Contas Anuais Definitivas para os anos 2001/2002 e em Janeiro de 2007 das de 2003;
- Início dos trabalhos de actualização do Inventário de Fontes e Métodos de Compilação das Contas Nacionais Anuais, prevendo-se a sua conclusão até ao final do primeiro semestre de 2007;
- Estabelecimento, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), de um acordo de cooperação institucional entre o INE, o Banco de Portugal e a Direcção Geral do Orçamento, com resultados muito positivos na harmonização das metodologias e no acesso à informação, na produção dos inventários de fontes e métodos relativos aos procedimentos de tratamento da informação de base, na compilação dos dados de défice e da dívida e criação de condições para que a versão preliminar das Contas das Administrações Públicas do ano n seja produzida articuladamente com o reporte de Março do ano $n+1$;
- Disponibilização das Contas definitivas das Administrações Públicas para 2003-2004 e da estimativa provisória para 2005;
- Continuação do desenvolvimento do processo de integração das Contas Trimestrais não financeiras das Administrações Públicas com as Contas financeiras das Administrações Públicas e com as estatísticas da Dívida Pública trimestral;

- Conclusão do ajustamento das Contas Regionais à base 2000 relativamente ao período 2000/2003;
- Produção das Contas Nacionais Trimestrais no prazo estabelecido (T+70dias), ainda sem a inclusão das variáveis emprego e remunerações, por indisponibilidade da informação de base (estimativas harmonizadas do Inquérito ao Emprego);
- Continuação da produção das estimativas rápidas das Contas Nacionais Trimestrais (T+45dias), no âmbito dos estudos prévios de fiabilidade visando o início da sua divulgação pública com os dados relativos ao 1º trimestre de 2007;
- Publicação das séries relativas às Contas Económicas da Agricultura (1980-2005), da Silvicultura (2000-2004) e da Pesca (1986-2005);
- Elaboração das Contas Satélite relativas à Saúde (2000 a 2003 definitivos e 2004 provisórios) e ao Turismo (2000 a 2002 definitivos e 2003 provisórios), tendo ainda sido desenvolvida uma base de dados para suporte da elaboração corrente da Conta Satélite da Saúde;
- Elaboração das “Contas do Ambiente” (Namea - National Accounts Matrix including Environmental Accounts), tendo sido disponibilizadas, em final de Agosto, as relativas ao período 1999-2002 e os dados provisórios de 2003 e, em meados de Dezembro, os dados definitivos;
- Disponibilização da informação relativa à Matriz de Contabilidade Social de 2002 no mês de Dezembro.

Conjuntura Económica e Preços

Indicadores Qualitativos de Curto Prazo:

- Produção regular dos indicadores qualitativos de conjuntura às empresas e aos consumidores;
- Conclusão dos ajustamentos às bases de dados dos inquéritos qualitativos e ao método de cálculo dos indicadores;
- Reavaliação da amostra do Inquérito aos consumidores efectuada em termos da diminuição da dispersão regional. Contudo, mantém-se a necessidade de renovação da sua amostra, ancorada numa nova base de sondagem;
- Realização regular do “Inquérito de Conjuntura ao Investimento”: análise dos dados e produção de indicadores;
- Implementação, a nível do “Inquérito de Conjuntura ao Investimento”, de processos de recolha electrónica com reflexos na redução dos custos de recolha de informação e na qualidade dos dados (processos de validação on-line);
- Produção da “Síntese de Conjuntura” nos prazos estabelecidos.

Indicadores Quantitativos de Curto Prazo:

- Desenvolvimento de estudos orientados para a selecção da amostra de produtos e definição do algoritmo de cálculo dos “Índices Mensais de Preços na Produção de Serviços”;

Preços:

- Realização de novos desenvolvimentos metodológicos para o cálculo do IPC a taxa de impostos constantes e início do tratamento de alterações de qualidade dos produtos através de métodos indirectos (preços hedónicos); realização de ajustamentos a nível da recolha e tratamento de informação para possibilitar o cálculo, em 2007, de estimativas rápidas do “Índice Harmonizado de Preços no Consumidor” (IHPC);

- Realização de um estudo sobre “Índice Harmonizado de Preços no Consumidor” com taxas de imposto constantes.

Empresas

- Integração da informação fiscal sobre empresas, nas Estatísticas das Empresas, dando origem à produção de dados provisórios em Novembro de 2006. Os dados definitivos serão divulgados em Julho de 2007;
- Revisão do anexo específico do comércio, suspenso em 2005, e inclusão no “Inquérito Anual às Empresas” para a CAE 50;
- Definição dos formulários que constituem a Informação Empresarial Simplificada, de forma a integrar a informação de carácter transversal sobre empresas, anteriormente recolhida através do “Inquérito Anual às Empresas”. Neste contexto, foram criadas as condições para a descontinuação desta operação estatística.

Comércio Internacional

Comércio Internacional de Bens

- Introdução de melhorias significativas no controlo de qualidade das Estimativas do Comércio Intracomunitário, nomeadamente no que se refere à identificação de erros de declaração e/ou justificações para comportamentos não esperados, ao controlo do valor estimado e à detecção de possíveis falsas ausências de transacção;
- Criação de um indicador de qualidade das Estimativas Abaixo do Limiar de Assimilação e estabelecidos mecanismos de controlo da estimação;
- Produção e divulgação dos Índices de Valor Unitário Mensais, utilizando a metodologia aprovada no GT Relações Económicas com o Exterior do CSE.

Agricultura, Floresta e Pescas

Agricultura e Floresta

- Estabelecimento de contactos com diversas entidades do Ministério da Agricultura e Pescas (Direcção-Geral de Veterinária e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola/Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas), no âmbito das estatísticas da Produção Animal, nomeadamente com o propósito de definir as variáveis a constar nos formulários do Sistema Nacional de Informação Animal.

Serviços

Serviços Especializados

- Tendo em vista o uso de fontes administrativas para substituição de inquéritos que realiza na área das comunicações, reduzindo, assim, a carga sobre o respondente, o INE tem empreendido esforços no sentido de obter o acesso à informação produzida pela Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM). Esses esforços não foram bem sucedidos dado a ANACOM declarar não estar em condições de disponibilizar a informação necessária ao INE nem de adaptar os seus questionários às necessidades de informação do INE.

Inovação e Conhecimento

Sociedade da Informação

- Realização, em parceria com a UMIC, do Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e da Comunicação nos Hospitais – 2006, cujos resultados foram divulgados na publicação “A Sociedade da Informação em Portugal 2006”, coordenada pelo INE, no âmbito Seminário “Observar a Sociedade da Informação em Portugal: Estado da Arte”.

1.2. Recolha de Informação e Relação com o Respondente

A evolução do processo de recolha de informação desenvolveu-se em duas vertentes:

Ao nível do Funcionamento dos Centros de Recolha:

- Conclusão do processo de documentação das operações estatísticas relativamente aos procedimentos de recolha de dados, incluindo os critérios de qualidade a observar na constituição das bases de microdados;
- Colaboração no estudo e utilização de fontes administrativas, designadamente:
 - “Estatísticas das empresas” – Análise do impacto da introdução “Informação Empresarial Simplificada (IES)” e definição de um plano de acção;
 - “Estatísticas vitais” – Desenvolvimento de um trabalho conjunto entre as várias unidades do INE e o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, para recuperação dos calendários de disponibilização de dados, seriamente afectados pela introdução do “Sistema Integrado de Registo de Identificação Civil (SIRIC)”.
- Adopção de uma gestão flexível de recursos humanos que permitiu a execução de operações estatísticas de grande dimensão (designadamente o “Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06” e o “Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005”) sem recurso a meios adicionais;
- Revisão dos procedimentos de supervisão nalgumas actividades de recolha directa (designadamente o “Inquérito ao Emprego”, o “Índice de Preços no Consumidor” e o “Inquérito à Utilização de TIC nas Famílias”), com maior enfoque na utilização das telecomunicações.

Ao nível das actividades relacionadas com as metodologias gerais de recolha:

- Dinamização do recurso à recolha electrónica, designadamente monitorizando as actividades consideradas prioritárias, promovendo as soluções já existentes e preparando as especificações técnicas necessárias à construção de novas soluções;
- Intensificação do recurso à recolha telefónica como alternativa à recolha presencial, (nos inquéritos por entrevista): em execução no “Inquérito qualitativo de conjuntura aos consumidores” e em vários inquéritos de controlo de recolha; em preparação no “Inquérito à procura turística de residentes” e em início de concepção no “Inquérito ao emprego”;
- Continuação dos trabalhos no âmbito da “Arquitectura do sistema de suporte à produção estatística”, início da aplicação de um “Bloco comum de variáveis” nos inquéritos por entrevista e alargamento das funcionalidades de gestão de processos no WebInq;
- Alargamento da utilização do serviço de “Gestor do respondente”, de forma a melhorar a articulação entre o INE e algumas grandes empresas;
- Definição do conceito de “não resposta recorrente” e sua utilização na instauração de processos de contra-ordenação a algumas empresas.

1.3. Metodologias Estatísticas

Fontes Administrativas

- Normalização dos calendários de envio ao INE da informação proveniente das Fontes Administrativas associadas ao protocolo existente entre o INE e a Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros/Direcção-Geral dos Impostos /Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, possibilitando ganhos significativos ao nível de tempo na actualização do Ficheiro de Empresas; iniciação de contactos e adopção dos procedimentos necessários à introdução de uma adenda ao referido protocolo sobre informação proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Actualização da informação proveniente da Direcção-Geral de Segurança Social, (entidade licenciadora das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e das Mutualidades) relativa às Instituições sem Fins Lucrativos e identificação do universo de referência;
- Actualização do ficheiro de empresas, relativa a veículos, através da utilização da informação administrativa proveniente da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, da Direcção-Geral de Transportes Terrestres e da Direcção-Geral de Viação;
- Inventariação das variáveis relativas aos anexos A e B do IRC, anexo B do IRS, Declaração de Inscrição no Registo/Início de Actividade e Declaração de Cessação do Cadastro. Registo das classificações utilizadas no sistema de classificações;
- Acompanhamento das actividades do projecto TAPAS, para exploração de informação administrativa para actualização da Base de Amostragem Agrícola (BAA) e criação de um Ficheiro de Explorações Agrícolas (FEA) com actualização sistemática através de informação administrativa. Análise de informação de natureza administrativa existente no INGA para actualização da BAA;
- Estabelecimento de contactos no âmbito do SNIRA e SNIRB, designadamente para definição da informação relevante para a actualização da BAA/FEA e da periodicidade e modo de transmissão da informação;
- Estabelecimento da articulação entre o INE e INGA para obtenção de informação administrativa, com carácter regular, para a actualização da base de amostragem. Intensificação da análise da qualidade das variáveis de caracterização do produtor agrícola, para posterior interligação entre o FUE e FEA.

Metainformação Estatística

- Desenvolvimento dos trabalhos conducentes à concepção da estrutura, notas explicativas, tabelas de correspondência e programa geral de aplicação da Classificação da Actividade Económica (CAE) Rev.3.

Metodologias de Normalização

- Elaboração do manual de práticas recomendadas para concepção e teste de questionários, no âmbito da parceria com outros Institutos de Estatística da União Europeia, sobre as Metodologias para o Desenvolvimento e Teste de Questionários, projecto financiado pelo Eurostat no âmbito das iniciativas relacionadas com a qualidade estatística;
- Finalização do documento relativo à Arquitectura do Sistema de Gestão de Universos e Amostras e início do desenvolvimento da aplicação de suporte a este sistema, que permitirá um acompanhamento mais dinâmico das unidades estatísticas, possibilitando uma maior harmonização das operações estatísticas e um maior controlo da carga estatística;

- Execução de uma simulação para análise das diferenças entre estimativas obtidas por amostragem com coordenação e sem coordenação, no âmbito dos estudos para desenvolvimento de métodos de coordenação positiva e negativa de amostras, usando o Inquérito às Empresas – Gestão e Protecção do Ambiente e o Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Empresas;
- Continuação da análise teórica dos métodos estatísticos de protecção de confidencialidade mais usuais, com recurso à aplicação informática ARGUS para a implementação dos métodos em algumas operações estatísticas de referência que requeriam atenção especial relativamente ao segredo estatístico, nomeadamente no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e no Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH).

Métodos Estatísticos

- Início da actualização da Amostra-Mãe, tendo a definição da metodologia de selecção e actualização das unidades geográficas sido suportada num estudo efectuado sobre a classificação do desgaste das diferentes áreas que compõem a Amostra, assente essencialmente nas variáveis de dinamismo de construção (do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas) e grau de desgaste da área (indicador de gestão da AM). Análise do impacto das novas dimensões das unidades nas probabilidades de selecção dos alojamentos. Estudo da inserção dos novos alojamentos na Amostra e reordenação dos já existentes com vista a não prejudicar a selecção das amostras, mediante algoritmo de recodificação dos alojamentos respeitando critérios de sequencialidade geográfica e numérica existente.

Infra-estrutura de Geoinformação

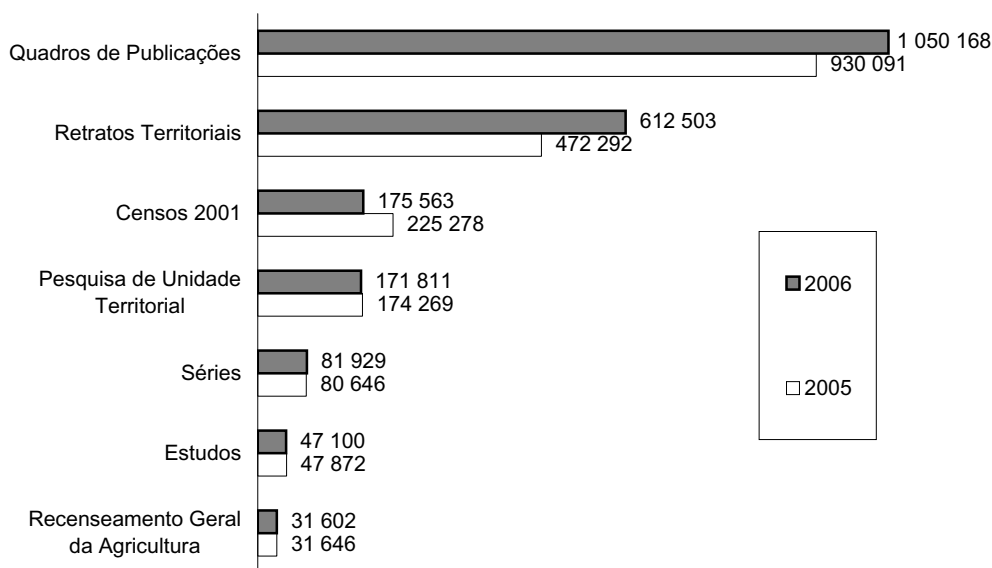
- Dinamização dos contactos técnicos com 192 Municípios e Associações de Municípios, com o objectivo de dar início aos trabalhos de actualização da Infra-estrutura de Referência Geográfica (IRG) de suporte à execução dos Censos 2011, e ao abrigo dos Protocolos de Colaboração celebrados na década de 90 para a constituição da Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI) 2001. Avaliação da existência de informação geográfica municipal actualizada e da possibilidade de iniciar um programa de trabalhos conjunto no domínio da actualização da BGRI, constituição da Base de Segmentos de Arruamentos e georreferenciação do licenciamento municipal através da aplicação web SIOU. Como resultado foram recebidos novos conjuntos de dados geográficos, produzida a versão preliminar do modelo de dados da BSA e iniciada, com os Serviços Técnicos dos Municípios, a execução dos trabalhos preparatórios de actualização das três componentes da IRG;
- Início da georreferenciação dos edifícios que integram os alojamentos da Amostra e da actualização da Base de Segmentos de Arruamentos de 151 áreas, no âmbito do Inquérito de Actualização da Amostra Mãe.

1.4. Difusão de Informação

Informação na Internet

- Aumento da incidência da difusão da informação estatística através da Internet, onde, através do **Infoline** foi possível aceder a todos os produtos estatísticos do INE: 2 170 676 consultas (mais 10% do que em 2005), das quais cerca de 48% no subsistema “Quadros de Publicações”.

Número de consultas ao Infoline por subsistema



- Importante impulso no desenvolvimento do “Portal das Estatísticas”, instrumento determinante para a reestruturação do processo de difusão e do qual, no final do ano, a equipa de projecto apresentou uma versão para testes internos às suas múltiplas funcionalidades.

Produtos

- Continuação da reformulação do **Anuário Estatístico de Portugal**, que, na edição correspondente a 2005, passou a ser constituído por dois volumes, um apresentando os quadros estatísticos e respectiva metainformação, o outro com os textos de análise sobre a evolução dos principais indicadores ao longo dos anos e a posição de Portugal no conjunto da União Europeia;
- Edição de 31 produtos de difusão não gratuitos, em papel ou CD-ROM.

Acesso à Informação estatística e atendimento a clientes

- Atendimento de mais de treze mil chamadas telefónicas pelo **Serviço de Apoio ao Cliente**, solicitando sobretudo o fornecimento gratuito de informação e a prestação de esclarecimentos relacionados com a utilização e navegação no sítio do INE;
- Realização de acções de formação, bem como de sessões de trabalho internas visando a promoção de uma melhor articulação entre as Unidades Orgânicas produtoras e a Unidade Orgânica difusora da informação estatística, na sequência da auditoria de qualidade efectuada ao “serviço de atendimento”;
- Entrada em funcionamento de três novos Pontos de Acesso na **Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior**: Universidade de Faro, Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão e Instituto Superior da Maia;

- Incremento da difusão do projecto **ALEA – Acção Local de Estatística Aplicada**, através da difusão de uma nova brochura com versões em português e em inglês, amplamente distribuídas em Portugal e em diversos eventos de âmbito internacional no domínio da Estatística;
- Início de colaboração com o Projecto Matemática e Ensino (PmatE), da Universidade de Aveiro, visando a divulgação mútua de projectos e traduzida, entre outras acções, na participação do ALEA na iniciativa designada “Outras formas de aprender”;
- Realização do 1º *Fórum e-Estatística – “Numeracia e Cidadania / O contributo do ALEA na formação da cidadania”* - com mais de uma centena de participantes.

Bibliotecas do INE

- Acolhimento de 7246 utilizadores nas Bibliotecas do INE em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro (64% em Lisboa), a que corresponderam 18 711 consultas.

Informação estatística para investigadores

- Continuação do aprofundamento da interacção com a comunidade científica através da abertura de 25 novos processos a solicitações de investigadores, formuladas ao abrigo do Protocolo entre o INE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

2. OUTRAS ACTIVIDADES

2.1. Coordenação e articulação do Sistema Estatístico Nacional

Na prossecução de uma maior eficácia na coordenação de objectivos e métodos, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Reuniões com os órgãos delegados e outras entidades intervenientes na produção estatística oficial, no âmbito da preparação do Relatório de Actividades de 2005 e do Plano de Actividades para 2007, no 1º e 4º trimestres de 2006, respectivamente;
- 1º workshop dos Produtores de Estatísticas Oficiais sobre o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias;
- Participação no seminário organizado pela Direcção Regional de Estatística da Madeira, para apresentação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias naquela Região Autónoma;
- Acção de formação sobre Amostragem Estatística, organizada pelo INE, de 20 a 24 de Fevereiro de 2006, na qual participaram técnicos da DGGE (2) e da DGT (2);
- Criação do “Network group” dos Produtores de Estatísticas Oficiais (INE, órgãos delegados e outras entidades intervenientes na produção estatística oficial) para as questões de coordenação transversal, permitindo a visualização de documentos, a organização de reuniões e a participação em grupos de discussão, de interesse comum às entidades envolvidas.

No âmbito da coordenação externa, foi elaborada uma proposta de revisão da Lei do SEN, aprovada pelo Plenário do Conselho Superior de Estatística e enviada ao Governo em Julho de 2006.

2.2. Planeamento e Gestão da Qualidade

Planeamento

- Definição de uma nova metodologia para melhor identificação e maior facilidade de análise das situações mais críticas, no âmbito do acompanhamento trimestral da disponibilização da informação estatística e das publicações previstas no Plano de Actividades;
- Início do estudo de novos indicadores para a área da Difusão, os quais permitirão medir a satisfação das necessidades de informação dos utilizadores.

Gestão da Qualidade

- Realização da 2ª e última fase da auditoria ao Inquérito ao Emprego e apresentação do relatório final com um conjunto de apreciações e recomendações para a melhoria dos processos, no âmbito da colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Realização da 1ª fase da auditoria ao Comércio Internacional por parte de peritos do Statistics Denmark, pedida pelo INE; a 2ª fase decorrerá em 2007;
- Realização do Inquérito à satisfação do Cliente - Órgãos de Comunicação Social, que deu origem a um conjunto de Workshops temáticos para jornalistas, sobre vários temas relacionados com a actividade estatística, no âmbito do plano integrado de actividades de auscultação do cliente do INE;
- Revisão do Manual de Procedimentos da produção Estatística.

2.3. Tecnologias de Informação e Comunicação

Infraestrutura tecnológica

- Continuação da migração das aplicações para Linux;
- Consolidação de servidores, registando-se uma diminuição de 15% no número de máquinas;
- Redimensionamento da rede privada de comunicação de dados (Virtual Private Network - VPN), tendo sido triplicada a largura da banda;
- Uniformização da versão do sistema operativo nas estações de trabalho (Win XP), com instalação do Windows XP em cerca de 95% dos Pcs;
- Implementação de uma rede local de armazenamento (Storage Area Network - SAN), permitindo a centralização do armazenamento de dados num único sistema para os dados mais críticos.

Soluções Informacionais

- Conclusão da primeira fase do Sistema de Meta informação;
- Criação do Banco de Dados de Difusão para o portal;
- Disponibilização, pela equipa de projecto, da primeira versão do novo Portal das Estatísticas, para testes internos;
- Disponibilização, através do *DataWarehouse*, dos dados provenientes de fontes externas, em particular dos impostos, e carregamento de novas áreas em particular a agricultura e construção;
- Conclusão do desenvolvimento de um sistema de tratamento para os dados provenientes do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC) - estatísticas vitais - que vai permitir descontinuar a leitura óptica de verbetes;
- Início do desenvolvimento de novas aplicações de suporte à recolha por entrevista directa.

2.4. Actividades de Âmbito Internacional

Cooperação internacional

- Participação em 229 reuniões internacionais
 - 13 no âmbito do Conselho da União Europeia;
 - 147 no Eurostat;
 - 10 na OCDE;
 - 8 nas Nações Unidas; e
 - 54 noutras organizações estrangeiras, (17 de formação profissional).
- Visitas de trabalho
 - ao Statistics Denmark no âmbito do aproveitamento de dados administrativos e;
 - ao INE de Espanha para análise da experiência de implementação da entrevista telefónica no Inquérito ao Emprego.

Em termos temáticos:

- Participação nas reuniões do Comité do Programa Estatístico e nas reuniões do Conselho, bem como nos grupos de trabalho do EUROSTAT, no quadro da aplicação do programa estatístico comunitário e do desenvolvimento dos indicadores estruturais para acompanhamento dos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa;
- Participação em *Task Forces* relevantes a nível europeu: Implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias; Lei do Sistema Estatístico Europeu; Censos da População e Habitação para 2011 e Grupo de Trabalho Consultivo sobre Cooperação em África;
- Acompanhamento do desenvolvimento de 12 regulamentos comunitários no âmbito dos Grupos de Trabalho “Estatística” (Working Party on Statistics) do Conselho da União Europeia;
- Realização de uma reunião de trabalho em Lisboa com INE de Espanha, o Instituto de Estudios Turísticos e a Dirección General de Aduanas, no âmbito das Jornadas Ibéricas de Estatística, para análise dos resultados obtidos nos trabalhos já efectuados e para actualização dos planos de acção de cada um dos dois grupos técnicos envolvidos, respectivamente na área do turismo e do comércio internacional;
- Participação na preparação do programa da Presidência portuguesa da UE, juntamente com a Alemanha e a Eslovénia; ainda neste âmbito, realização de contactos com técnicos da Áustria e Finlândia envolvidos nas Presidências anteriores, e, a nível nacional, com a PCM, DGAC e REPER.

56ª Sessão Bienal do ISI

Participação, com stand próprio, em 8 eventos internacionais e 2 nacionais, para promoção do evento;

Intensificação dos contactos com entidades públicas e privadas para apoio à conferência através de patrocínios;

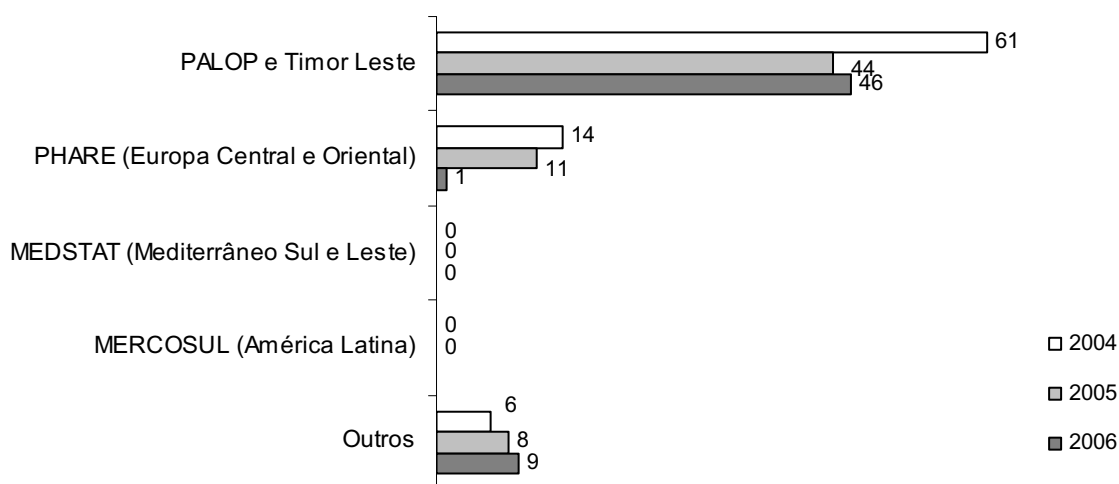
Edição e distribuição do boletim de informação nº1.

Apoio ao desenvolvimento:

- Desenvolvimento de uma aplicação informática para o cálculo dos Índices de Preços no Consumidor para a Polinésia Francesa, em conformidade com o protocolo de colaboração entre o INE e o Instituto Estatístico da Polinésia Francesa;
- Desenvolvimento de uma aplicação informática do cálculo do IPC para Cabo Verde e Moçambique;
- Realização de missões de assistência técnica a Cabo Verde para preparação de um Plano de Cooperação a Médio-Prazo e para o desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica;
- Realização de visitas de trabalho, no âmbito das Nomenclaturas aos 5 PALOP;
- Realização de uma visita do INE-Moçambique no âmbito do FUE;
- Conclusão do projecto financiado pelo governo italiano para apoio ao desenvolvimento do SEN de Moçambique, no âmbito de um contrato de dois anos celebrado com o ICSTAT;
- Participação em *fora* de discussão das questões estatísticas estratégicas ao nível dos PALOP: comissão de coordenação da UTGP no âmbito do projecto PIR-PALOP; *workshop* sobre estatísticas agrícolas para países lusófonos; reunião dos Directores Gerais de Estatística da CPLP;
- Continuação da participação de peritos do INE em acções no quadro do projecto do FMI-GDDS para os países lusófonos, com missões em Moçambique, Cabo Verde e Angola;
- Melhoria significativa do grau de execução do Projecto Complementar Português ao II PIR-PALOP (Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos), com maior destaque para área de Apoio Institucional à capacidade de gestão de planos nacionais de formação e da área das Estatísticas Anuais das Empresas.

Em 2006, realizaram-se as seguintes acções de cooperação, por tipo de programa.

Número de acções por Tipo de Programa



3. RECURSOS HUMANOS

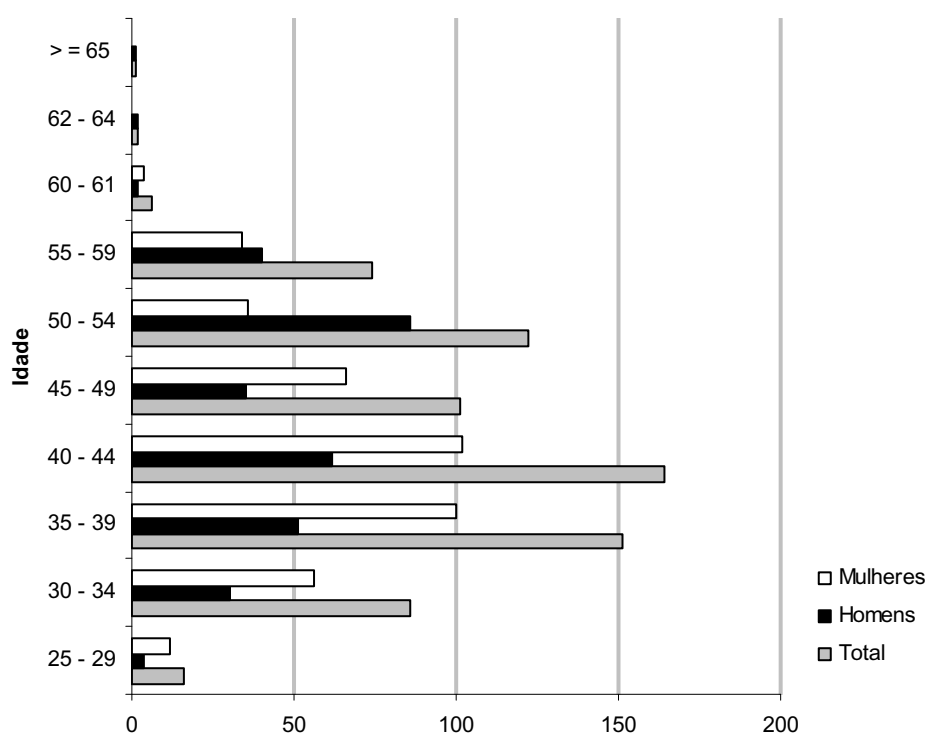
Em 31 de Dezembro de 2006, o número de trabalhadores efectivamente ao serviço do INE era de 754, menos 11 do que no início do ano. A percentagem de técnicos superiores manteve-se em 45% do número total de efectivos.

Número de trabalhadores efectivamente ao serviço do INE (31-Dez-2006)

Trabalhadores ao serviço	2006
Contrato Individual de Trabalho (Sem Termo)	710
Contrato Individual de Trabalho (Termo Certo)	1
Requisições e Comissões de Serviço	12
Bolseiros, Estagiários e Prestadores de Serviço	31
Total	754

A idade média dos trabalhadores do INE é aproximadamente de 44 anos.

Estrutura Etária 2006 (31-Dez-2006)



Na área da Gestão dos recursos humanos, destacam-se os seguintes factos:

- Análise de situações potencialmente propiciadoras de disfuncionamentos organizacionais e fundamentalmente resolvidas através da mobilidade interna;
- Abertura de processo interno para preenchimento de 17 postos de trabalho de técnico superior em diversas áreas, acessível a técnicos profissionais portadores dos requisitos exigidos;

- Realização de 248 acções na área da Formação Profissional (mais 40% do que no ano transacto), correspondendo a 18 013 horas de formação;
- Realização da Avaliação do Desempenho referente a 2005, em conformidade com as regras do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP);
- Elaboração de diversos estudos prévios à revisão dos Estatutos de Pessoal de 1989.

4. RECURSOS FINANCEIROS

Em consequência das alterações de estatuto por que passou, a análise da evolução financeira do INE é apresentada em duas perspectivas, uma a nível da execução financeira do orçamento aprovado – óptica da Contabilidade Pública, de fluxos financeiros – e outra a nível patrimonial – óptica da Contabilidade Patrimonial (POCP).

De facto com a publicação do Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto (Estatutos do INE), o INE passou a Instituto Público Autónomo, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial com contabilidade organizada em conformidade com o Plano Oficial de Contas. Contudo na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a autonomia financeira, passando a Serviço Integrado com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma. Deste modo passou a utilizar na sua prestação de contas o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

4.1. Perspectiva da Contabilidade Pública

À semelhança do que sucedera relativamente aos exercícios de 2005 e 2004, o INE concluiu o exercício de 2006 com um saldo positivo de cerca de 3,3 milhões de euros no orçamento de funcionamento e PIDDAC.

Os progressos alcançados decorrem em grande medida dos esforços que vêm sendo empreendidos ao nível da contenção de custos e de grande rigor relativamente às despesas de funcionamento. No entanto, o nível de despesa verificado em 2006 foi também afectado por outros factores:

- Atraso no lançamento das operações “Inquérito ao Património e ao Endividamento das Famílias” e “Actualização da Amostra-Mãe”, previstas para o 1º trimestre e só lançadas no 4º Trimestre;
- Valor elevado de receitas próprias, resultante da emissão e cobrança de guias de receita, no final do exercício, que implicou um saldo final de € 1.687.146 em 2006 face a € 781.118 em 2005.

Execução Financeira (Óptica Tesouraria)

	2006	2005
1. RECEITAS	38 024 921	37 599 299
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	31 152 770	31 681 380
Receitas Próprias (Efectivamente Cobradas e Saldos Integrados)	6 122 901	5 130 399
PIDDAC - Correntes (Orc. Inicial Corrigido)	0	0
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido)	749 250	787 520
2. DESPESAS	34 692 266	33 997 145
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	23 457 954	23 334 933
Indemnizações por Rescisões de Contratos	126 533	314 064
Fornecimentos e Serviços Externos	10 129 372	9 380 642
Investimentos	978 406	967 507
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	3 332 655	3 602 153
4. RECURSO À DOTAÇÃO PROVISIONAL	0	0
5. SALDO FINAL (3-4)	3 332 655	3 602 153

O valor global da despesa de funcionamento, não considerando o montante pago a título de “Indemnizações por Rescisões de Contratos” dada a sua natureza extraordinária, cresceu 2,6 % em 2006. Ao nível das principais componentes pode constatar-se:

- Um acréscimo de 8% nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, motivado pelo incremento da produção estatística, com especial enfoque nas rubricas associadas à recolha de informação por via directa (entrevistadores), em resultado da concentração de operações estatísticas não periódicas importantes — conclusão do Inquérito às Despesas das Famílias e do Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas e início da Actualização da Amostra-Mãe e do Inquérito ao Património e ao Endividamento das Famílias;
- A quase estagnação dos valores dos “Custos com o Pessoal” (+0,5%), explicada, sobretudo, pelo absentismo não remunerado e pela redução do número de efectivos;
- Um crescimento ligeiro das despesas de investimento (+1,1%).

Ao nível das receitas, importa ter em consideração que, em 2006, o financiamento da actividade desenvolvida pelo INE foi maioritariamente assegurado pelo Orçamento de Estado (84% face a 86% em 2005). As “Receitas Próprias” corresponderam essencialmente a subvenções do EUROSTAT e a contratos de prestações de serviços firmados, sobretudo, com entidades públicas.

4.2. Perspectiva da Contabilidade Patrimonial

Segundo a óptica de proveitos (ou seja, independentemente dos recebimentos) os recursos financeiros que suportaram a actividade do INE em 2006, num total de € 34.876.161,04 tiveram duas origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 30.256.510,34 (86,75%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€ 29.767.613,24) e das verbas inscritas no Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€ 488.897,10);
- **Receitas Próprias**, com uma contribuição de € 4.619.650,70 (13,25%), distribuídos por vendas e prestações de serviços (€ 2.212.348,08), participações financeiras (€ 1.875.241,28), recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 531.853,89) e proveitos e ganhos financeiros (€ 207,45).

Situação Económica e Financeira

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, cujas demonstrações financeiras se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros factores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, tendo sido possível acomodar a cativação definida na Lei do Orçamento do Estado, bem como, registar poupanças sobre as dotações disponíveis do Orçamento do Estado e do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo (€ 107.326,07) e está devidamente explicado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Afigura-se de interesse sintetizar os valores, para o período dos últimos 6 anos, das principais fontes de financiamento do Instituto (valores em Euros):

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2001	2002	2003	2004	2005	2006
15 427 818,95	21 276 819,00	19 932 134,00	32 360 140,16	28 862 503,63	29 767 613,24

Orçamento do Estado - PIDDAC

2001	2002	2003	2004	2005	2006
43 481 210,28	17 334 909,00	11 984 986,72	672 927,13	785 361,30	488 897,10

Receitas Próprias

2001	2002	2003	2004	2005	2006
3 913 134,19	4 003 688,04	3 788 354,68	4 678 872,19	4 415 434,63	4 619 650,70

Total Geral

2001	2002	2003	2004	2005	2006
62 822 163,42	42 615 416,04	35 705 475,40	37 711 939,48	34 063 299,56	34 876 161,04

Obs: Na análise aos valores referentes aos exercícios de 2001 e 2002 deve-se ter em consideração a realização da grande operação estatística CENSOS 2001.

Balanço e Situação Patrimonial

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2006, mantém-se próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 81% do activo total.

Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressai o seguinte:

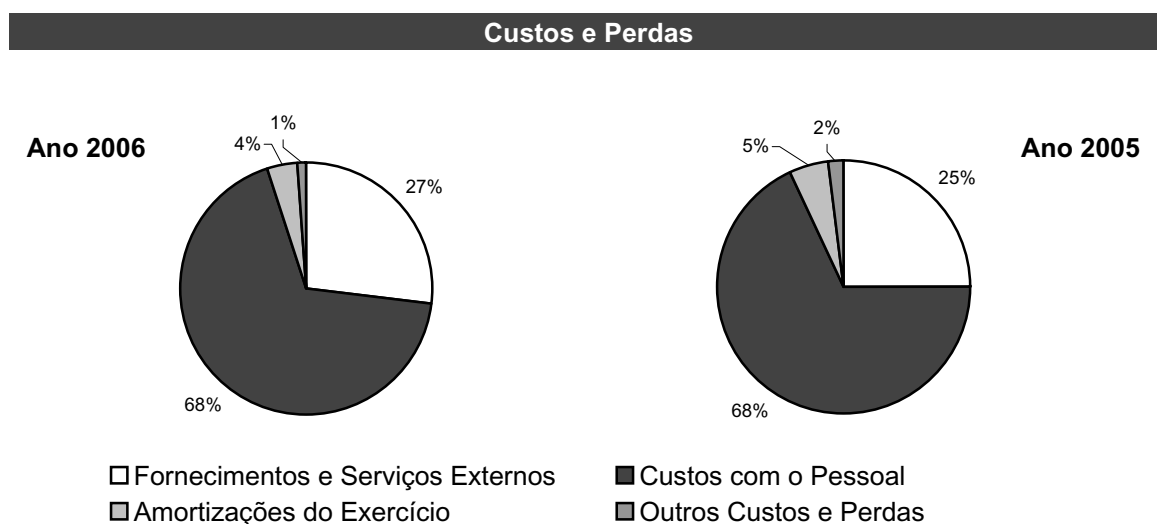
- Imobilizações corpóreas – uma redução líquida no exercício em resultado da contabilização dos custos com as amortizações, dado que o valor dos investimentos não compensou o valor das mesmas. (Ver Nota 8.2.7);
- Dívidas de terceiros – aumento, face ao ano anterior, no saldo dos clientes c/c, devido à facturação emitida no final do exercício, relativa a contratos de prestação de serviços, a qual só foi regularizado no início de 2007;
- Depósitos bancários e caixa – aumento resultante da emissão e cobrança de guias de receita, sobretudo no último mês do ano, que não foram necessárias para suportar despesas uma vez que já estavam todos os compromissos satisfeitos pela libertação de fundos de Dezembro.

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos

Os custos do exercício de 2006, suportados para assegurar o desenvolvimento das actividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 34.940.906,78 (2005: € 35.043.033,45).

Ao nível da estrutura dos custos não se observam alterações significativas face ao ano anterior.



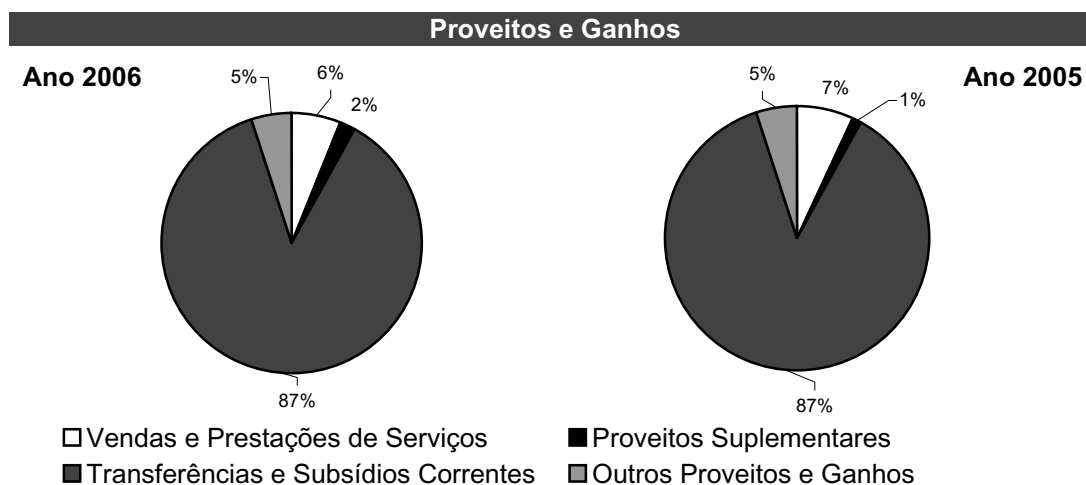
Assim, o principal agrupamento, o dos Custos com o Pessoal, manteve o mesmo peso (68%) e valores idênticos quando comparados com o ano anterior, dado que o aumento da massa salarial decorrente da aplicação da tabela salarial para 2006 (1,5%) foi compensado pelo absentismo não remunerado e pela saída de efectivos.

O peso do segundo agrupamento, Fornecimentos e Serviços Externos, registou um ligeiro aumento, tendo passado de 25% para 27%. Os valores associados às principais contas deste agrupamento mantiveram-se ou reduziram-se, com excepção do relativo a honorários, que registou um acréscimo de 20%, explicado, como já foi referido, pelo incremento da actividade relacionada com algumas operações

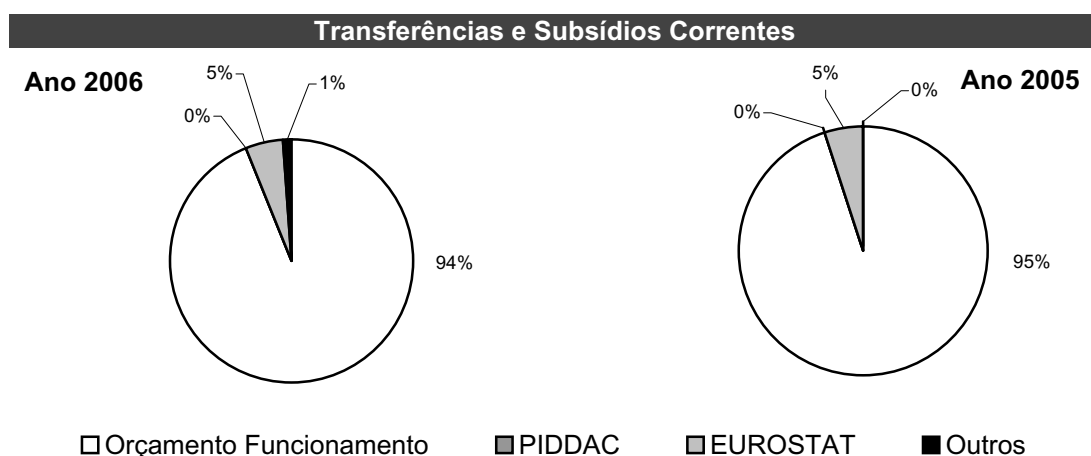
estatísticas com recurso à entrevista presencial (Inquérito às Despesas das Famílias, Inquérito ao Património e ao Endividamento das Famílias, Actualização da Amostra-Mãe e Inquérito às Estruturas da Explorações Agrícolas).

Os demais agrupamentos não sofreram alterações dignas de registo.

Os Proveitos, no total de € 34.833.580,71 (2005: € 34.880.534,71) também não registam variações significativas, acompanhando desta forma o que se verificou ao nível dos custos.



A rubrica mais significativa, a de Transferências e Subsídios Correntes, tem um peso de 87%, que não se alterou entre 2005 e 2006. Estas transferências têm origem, na sua quase totalidade, no Orçamento do Estado – Receitas Gerais (94% em 2006).



O peso do agrupamento das Vendas e Prestações de Serviços passa de 7% em 2005 para 6% em 2006, redução de expressão financeira praticamente nula, que reflecte a manutenção dos contratos firmados.

Investimentos

Em 2006 as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 966.520,05.

Do programa de investimentos merece destaque:

- As aquisições na vertente dos sistemas e tecnologias de informação, materializadas em equipamentos, programação e licenciamentos de software, que atingiram € 700.074,72 (72,4%);
- A aquisição de equipamento de impressão digital, no valor de € 169.897,55 (17,6%), para optimização do processo de impressão de publicações.

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edificios e outras construções (€ 24.875,38), equipamento administrativo (€ 66.887,72) e ferramentas e utensilios (€ 4.784,68), as quais representam 2,6%, 6,9% e 0,5%, respectivamente.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi negativo no valor de (€ 107.326,07).

Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados.

Lisboa, 22 de Março de 2007

O Conselho de Administração:

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias
Vogal

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

**BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS**



Relatório e Contas

2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - PORTUGAL

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POC		Exercícios			
		2006			2005
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13 744 806,64	0,00	13 744 806,64	13 744 806,64
422	Edifícios e outras construções	10 299 459,48	3 649 934,98	6 649 524,50	6 904 844,55
423	Equipamento básico	1 449 700,66	1 196 228,56	253 472,10	142 189,56
424	Equipamento de transporte	486 013,87	486 013,87	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	121 901,21	87 834,92	34 066,29	39 255,03
426	Equipamento administrativo	3 057 744,32	2 634 472,03	423 272,29	597 643,45
428	Equipamento de informática	24 250 381,20	23 024 322,51	1 226 058,69	1 398 714,33
429	Outras imobilizações corpóreas	299 906,23	41 906,19	258 000,04	258 505,43
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		53 709 913,61	31 120 713,06	22 589 200,55	23 085 958,99
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	88 380,85	0,00	88 380,85	89 801,41
33	Produtos acabados e intermédios	851 318,18	768 925,76	82 392,42	138 898,05
		939 699,03	768 925,76	170 773,27	228 699,46
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	1 054 848,50	22 710,17	1 032 138,33	890 985,95
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	237 811,00	0,00	237 811,00	281 405,43
		1 292 659,50	22 710,17	1 269 949,33	1 172 391,38
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	1 687 145,59		1 687 145,59	781 118,15
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		1 687 145,59		1 687 145,59	781 118,15
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 462 926,14		1 462 926,14	1 566 361,48
272	Custos diferidos	764 307,23		764 307,23	762 076,43
		2 227 233,37		2 227 233,37	2 328 437,91
	Total de amortizações		31 120 713,06		
	Total de provisões		791 635,93		
	Total do activo	59 856 651,10	31 912 348,99	27 944 302,11	27 596 605,89

O Director Financeiro e Administrativo,

Paulo Jorge da Conceição Henriques

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2006	2005
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20 772 818,99	20 772 818,99
59	Resultados transitados	(5 036 571,96)	(4 874 073,22)
	Subtotal	15 736 247,03	15 898 745,77
88	Resultado líquido do exercício	(107 326,07)	(162 498,74)
	Total dos fundos próprios	15 628 920,96	15 736 247,03
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para impostos	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	101 135,26	102 840,33
219+262+267/8	Outros credores	1 826 818,58	1 118 000,95
		1 927 953,84	1 220 841,28
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3 018 432,71	2 967 865,24
274	Proveitos diferidos	7 368 994,60	7 671 652,34
		10 387 427,31	10 639 517,58
	Total do passivo	12 315 381,15	11 860 358,86
	Total dos fundos próprios e do passivo	27 944 302,11	27 596 605,89

O Conselho de Administração,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias

Maria Helena de Sousa Cordeiro

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios	
		2006	2005
	CUSTOS E PERDAS		
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:		
	Matérias	140 627,34	150 407,53
62	Fornecimentos e serviços externos	9 437 867,97	8 865 858,75
641+642	Custos com o pessoal:		
	Remunerações	18 775 342,97	18 685 560,87
	Encargos sociais :		
644	Prémios para pensões	202 940,43	152 618,64
645/8	Outros	4 709 052,56	4 867 493,68
		23 687 335,96	23 705 673,19
66	Amortizações do exercício	1 449 415,40	1 737 460,19
67	Provisões do exercício	39 830,74	5 179,13
		1 489 246,14	1 742 639,32
65	Outros custos e perdas operacionais	14 620,78	13 468,90
	(A)	34 769 698,19	34 478 047,69
68	Custos e perdas financeiras:	4 317,99	4 091,90
	(C)	34 774 016,18	34 482 139,59
69	Custos e perdas extraordinários	166 890,60	560 893,86
	(E)	34 940 906,78	35 043 033,45
88	Resultado líquido do exercício	(107 326,07)	(162 498,74)
		34 833 580,71	34 880 534,71

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios	
		2006	2005
	PROVEITOS E GANHOS		
71	Vendas e prestações de serviços:		
	Vendas de produtos	85 597,01	91 873,50
	Prestações de serviços	2 126 751,07	2 258 361,62
		2 212 348,08	2 350 235,12
72	Impostos, taxas e outros	17 333,03	0,00
	Variação da produção	(19 187,78)	(214 391,25)
73	Proveitos suplementares	514 520,86	382 959,96
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos	30 490 243,21	30 378 895,01
	(B)	33 215 257,40	32 897 698,84
78	Proveitos e ganhos financeiros	207,45	181,45
	(D)	33 215 464,85	32 897 880,29
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 618 115,86	1 982 654,42
	(F)	34 833 580,71	34 880 534,71
	Resumo:		
	Resultados operacionais: (B)-(A)=	(1 554 440,79)	(1 580 348,85)
	Resultados financeiros: (D)-(C)=	(4 110,54)	(3 910,45)
	Resultados correntes: (D)-(C)=	(1 558 551,33)	(1 584 259,30)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=	(107 326,07)	(162 498,74)

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas

2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - PORTUGAL

Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS				
01 0 10 11 00	1011	010102	Órgãos Sociais	138 000,00	138 000,00	0,00	125 881,92
01 0 10 11 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	10 661 340,00	10 561 340,00	0,00	10 363 139,06
01 0 10 11 00	1011	010105	Pessoal além dos quadros	162 400,00	162 400,00	0,00	148 403,34
01 0 10 11 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	22 716,00	22 716,00	0,00	12 071,43
01 0 10 11 00	1011	010111	Representação	44 500,00	44 500,00	0,00	44 434,80
01 0 10 11 00	1011	010112	Suplementos e prémios	1 959 600,00	1 989 600,00	0,00	1 975 562,99
01 0 10 11 00	1011	010113	Subsidio de refeição	764 750,00	764 750,00	0,00	681 428,73
01 0 10 11 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	2 202 880,00	2 272 880,00	0,00	2 222 840,14
01 0 10 11 00	1011	010201	Grat. variáveis ou eventuais	600 000,00	650 000,00	0,00	634 787,50
01 0 10 11 00	1011	010202	Horas extraordinárias	20 000,00	20 000,00	0,00	9 405,66
01 0 10 11 00	1011	010204	Ajudas de custo	240 000,00	70 000,00	0,00	34 375,94
01 0 10 11 00	1011	010205	Abono para falhas	1 200,00	1 200,00	0,00	1 199,40
01 0 10 11 00	1011	010212	Indemnizações cessação funções	220 000,00	270 000,00	0,00	126 533,00
01 0 10 11 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	30 000,00	30 000,00	0,00	19 873,52
01 0 10 11 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3 054 400,00	2 954 400,00	0,00	2 943 749,43
01 0 10 11 00	1011	010308	Outras pensões	150 000,00	150 000,00	0,00	149 995,00
01 0 10 11 00	1011	010309	Seguros	1 049 000,00	969 000,00	0,00	950 829,54
01 0 10 11 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	60 000,00	30 000,00	0,00	26 964,51
01 0 10 11 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	37 000,00	47 000,00	0,00	41 526,58
01 0 10 11 00	1011	020108	Material de escritório	200 000,00	185 000,00	0,00	173 121,64
01 0 10 11 00	1011	020117	Ferramentas e utensilios	0,00	42 000,00	0,00	40 829,69
01 0 10 11 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	20 000,00	20 000,00	0,00	14 335,49
01 0 10 11 00	1011	020201	Encargos das instalações	230 000,00	260 000,00	0,00	223 244,84
01 0 10 11 00	1011	020202	Limpeza e higiene	300 000,00	348 000,00	0,00	339 028,15
01 0 10 11 00	1011	020203	Conservação de bens	750 000,00	655 000,00	0,00	606 690,79
01 0 10 11 00	1011	020204	Locação de edifícios	581 000,00	551 000,00	0,00	528 183,99
01 0 10 11 00	1011	020209	Comunicações	1 150 000,00	1 077 000,00	0,00	885 942,78
01 0 10 11 00	1011	020211	Representação dos serviços	40 000,00	40 000,00	0,00	12 100,22
01 0 10 11 00	1011	020212	Seguros	65 000,00	77 000,00	0,00	75 758,43
01 0 10 11 00	1011	020213	Deslocações e estadas	500 000,00	490 000,00	50 000,00	431 177,09
01 0 10 11 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	6 972 514,00	6 359 514,00	3 147 230,00	3 125 026,73
01 0 10 11 00	1011	020215	Formação	320 700,00	290 700,00	0,00	241 321,78
01 0 10 11 00	1011	020217	Publicidade	70 000,00	40 000,00	0,00	12 007,42
01 0 10 11 00	1011	020218	Vigilância e segurança	263 000,00	273 000,00	0,00	262 016,40
01 0 10 11 00	1011	020219	Assistência técnica	480 000,00	960 000,00	0,00	860 095,40
01 0 10 11 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	690 000,00	680 000,00	0,00	628 752,75
01 0 10 11 00	1011	020225	Outros serviços	300 000,00	330 000,00	0,00	288 537,78
01 0 10 11 00	1011	070107	Equipamento de informática	0,00	282 000,00	0,00	269 486,95
01 0 10 11 00	1011	070109	Equipamento administrativo	0,00	70 000,00	0,00	64 965,45
01 0 10 11 00	1011	070110	Equipamento básico	0,00	172 000,00	0,00	171 986,98
Subtotal 01				34 350 000,00	34 350 000,00	3 197 230,00	29 767 613,24

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
125 881,92	0,00	125 881,92	12 118,08	12 118,08	0,00	91,2%
10 363 139,06	0,00	10 363 139,06	198 200,94	198 200,94	0,00	98,1%
148 403,34	0,00	148 403,34	13 996,66	13 996,66	0,00	91,4%
12 071,43	0,00	12 071,43	10 644,57	10 644,57	0,00	53,1%
44 434,80	0,00	44 434,80	65,20	65,20	0,00	99,9%
1 975 562,99	0,00	1 975 562,99	14 037,01	14 037,01	0,00	99,3%
681 428,73	0,00	681 428,73	83 321,27	83 321,27	0,00	89,1%
2 222 840,14	0,00	2 222 840,14	50 039,86	50 039,86	0,00	97,8%
634 787,50	0,00	634 787,50	15 212,50	15 212,50	0,00	97,7%
9 405,66	0,00	9 405,66	10 594,34	10 594,34	0,00	47,0%
34 375,94	0,00	34 375,94	35 624,06	35 624,06	0,00	49,1%
1 199,40	0,00	1 199,40	0,60	0,60	0,00	100,0%
126 533,00	0,00	126 533,00	143 467,00	143 467,00	0,00	46,9%
19 873,52	0,00	19 873,52	10 126,48	10 126,48	0,00	66,2%
2 943 749,43	0,00	2 943 749,43	10 650,57	10 650,57	0,00	99,6%
149 995,00	0,00	149 995,00	5,00	5,00	0,00	100,0%
950 829,54	0,00	950 829,54	18 170,46	18 170,46	0,00	98,1%
26 964,51	0,00	26 964,51	3 035,49	3 035,49	0,00	89,9%
41 526,58	0,00	41 526,58	5 473,42	5 473,42	0,00	88,4%
173 121,64	0,00	173 121,64	11 878,36	11 878,36	0,00	93,6%
40 829,69	0,00	40 829,69	1 170,31	1 170,31	0,00	97,2%
14 335,49	0,00	14 335,49	5 664,51	5 664,51	0,00	71,7%
223 244,84	0,00	223 244,84	36 755,16	36 755,16	0,00	85,9%
339 028,15	0,00	339 028,15	8 971,85	8 971,85	0,00	97,4%
606 690,79	0,00	606 690,79	48 309,21	48 309,21	0,00	92,6%
528 183,99	0,00	528 183,99	22 816,01	22 816,01	0,00	95,9%
885 942,78	0,00	885 942,78	191 057,22	191 057,22	0,00	82,3%
12 100,22	0,00	12 100,22	27 899,78	27 899,78	0,00	30,3%
75 758,43	0,00	75 758,43	1 241,57	1 241,57	0,00	98,4%
431 177,09	0,00	431 177,09	8 822,91	8 822,91	0,00	88,0%
3 125 026,73	0,00	3 125 026,73	87 257,27	87 257,27	0,00	49,1%
241 321,78	0,00	241 321,78	49 378,22	49 378,22	0,00	83,0%
12 007,42	0,00	12 007,42	27 992,58	27 992,58	0,00	30,0%
262 016,40	0,00	262 016,40	10 983,60	10 983,60	0,00	96,0%
860 095,40	0,00	860 095,40	99 904,60	99 904,60	0,00	89,6%
628 752,75	0,00	628 752,75	51 247,25	51 247,25	0,00	92,5%
288 537,78	0,00	288 537,78	41 462,22	41 462,22	0,00	87,4%
269 486,95	0,00	269 486,95	12 513,05	12 513,05	0,00	95,6%
64 965,45	0,00	64 965,45	5 034,55	5 034,55	0,00	92,8%
171 986,98	0,00	171 986,98	13,02	13,02	0,00	100,0%
29 767 613,24	0,00	29 767 613,24	1 385 156,76	1 385 156,76	0,00	86,7%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
750 000,00	0,00	750 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
4 023,81	0,00	4 023,81	40 312,19	40 312,19	0,00	3,4%
120 000,00	0,00	120 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
80 000,00	0,00	80 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
130 000,00	0,00	130 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
99 493,96	0,00	99 493,96	506,04	506,04	0,00	99,5%
146 847,35	0,00	146 847,35	3 152,65	3 152,65	0,00	97,9%
230 000,00	0,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
60 000,00	0,00	60 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
76 840,43	0,00	76 840,43	3 159,57	3 159,57	0,00	96,1%
2 248,78	0,00	2 248,78	751,22	751,22	0,00	75,0%
649,99	0,00	649,99	5 350,01	5 350,01	0,00	10,8%
1 363,54	0,00	1 363,54	136,46	136,46	0,00	90,9%
1 020,03	0,00	1 020,03	1 979,97	1 979,97	0,00	34,0%
9 554,49	0,00	9 554,49	445,51	445,51	0,00	95,5%
1 557,77	0,00	1 557,77	2 942,23	2 942,23	0,00	34,6%
1 719,70	0,00	1 719,70	2 280,30	2 280,30	0,00	43,0%
219,35	0,00	219,35	2 280,65	2 280,65	0,00	8,8%
8 320,41	0,00	8 320,41	16 679,59	16 679,59	0,00	33,3%
7 181,85	0,00	7 181,85	1 818,15	1 818,15	0,00	71,8%
655 304,93	0,00	655 304,93	744,07	744,07	0,00	77,3%
283 790,53	0,00	283 790,53	16 209,47	16 209,47	0,00	94,6%
2 720 136,92	0,00	2 720 136,92	98 748,08	98 748,08	0,00	88,1%
700 000,00	0,00	700 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
150 000,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
130 000,00	0,00	130 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
366 743,00	0,00	366 743,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1 666 743,00	0,00	1 666 743,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
34 154 493,16	0,00	34 154 493,16	1 483 904,84	1 483 904,84	0,00	87,3%
0,00	0,00	0,00	72 320,00	72 320,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	72 320,00	72 320,00	0,00	0,0%
13 507,00	0,00	13 507,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1 975,00	0,00	1 975,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1 448,00	0,00	1 448,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
16 930,00	0,00	16 930,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
25 181,31	0,00	25 181,31	24 818,69	24 818,69	0,00	50,4%
439 197,39	0,00	439 197,39	110 802,61	110 802,61	0,00	79,9%
2 744,88	0,00	2 744,88	47 255,12	47 255,12	0,00	5,5%
4 843,52	0,00	4 843,52	156,48	156,48	0,00	96,9%
0,00	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,0%
471 967,10	0,00	471 967,10	188 032,90	188 032,90	0,00	71,5%
39 232,70	0,00	39 232,70	1 287,30	1 287,30	0,00	96,8%
5 379,23	0,00	5 379,23	545,77	545,77	0,00	90,8%
4 263,32	0,00	4 263,32	78,68	78,68	0,00	98,2%
48 875,25	0,00	48 875,25	1 911,75	1 911,75	0,00	96,2%
537 772,35	0,00	537 772,35	262 264,65	262 264,65	0,00	62,5%
34 692 265,51	0,00	34 692 265,51	1 746 169,49	1 746 169,49	0,00	86,8%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Previsões corrigidas (3)	Receitas por cobrar no Início Ano (4)	Receitas Liquidadas (5)			
Orgânica	Func.	Económica								
Código	Código	Código	Descrição							
01 0 09 14 00	1011	0603010101	Rec. Func. Normal							
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS							
			Transf. Correntes - O.E.	34 350 000,00	34 350 000,00	0,00	29 767 613,24			
			Subtotal 01	34 350 000,00	34 350 000,00	0,00	29 767 613,24			
01 0 09 14 00	1011	0402049901	F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS							
			Coimas e penalidades	0,00	0,00	0,00	13 553,38			
			01 0 09 14 00	1011	0701039901	Publicações e impressos	250 000,00	250 000,00	0,00	322 813,66
			01 0 09 14 00	1011	0702029901	Serviços	1 923 000,00	1 923 000,00	1 335 482,67	2 523 364,77
01 0 09 14 00	1011	0801999901	Outras receitas correntes	500 000,00	914 374,00	0,00	1 126 038,08			
			Subtotal 02	2 673 000,00	3 087 374,00	1 335 482,67	3 985 769,89			
			01 0 09 14 00	1011	0609019901	F.FIN.260 RECEITA C/ T. SALDOS				
						Transf. Correntes - U.E. Instituições	1 300 000,00	1 666 743,00	225 863,13	1 931 252,92
Subtotal 03	1 300 000,00	1 666 743,00				225 863,13	1 931 252,92			
Total Rec. Func. Normal	38 323 000,00	39 104 117,00				1 561 345,80	35 684 636,05			
01 9 50 11 00	1011	0603010101	Rec. Invest. Plano							
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS							
			AMP. EDIFICIO SEDE							
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00			
01 9 50 11 00	1011	1003010101	Transf. Capital - O.E	150 000,00	133 070,00	0,00	0,00			
			Subtotal 01	150 000,00	133 070,00	0,00	0,00			
			01 9 50 11 00	1011	0603010101	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS				
						Transf. Correntes - O.E.	0,00	16 930,00	0,00	16 930,00
01 9 50 11 00	1011	1003010101				Transf. Capital - O.E	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 02	0,00	16 930,00				0,00	16 930,00			
01 9 50 11 00	1011	0603010101	DES. SIS. INF.E.SOCIAL							
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00			
			01 9 50 11 00	1011	1003010101	Transf. Capital - O.E	660 000,00	660 000,00	0,00	471 967,10
			Subtotal 03	660 000,00	660 000,00	0,00	471 967,10			
01 9 50 11 00	1011	0609010301	F.FIN.230 RECEITA C/ T. SALDOS							
			DES. SIS. INF.E.SOCIAL							
			Transf. Correntes - U.E. Instituições	0,00	50 787,00	0,00	48 875,25			
			01 9 50 11 00	1011	1009010301	Transf. Capital - U.E. Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 04				0,00	50 787,00	0,00	48 875,25			
Total Rec. Invest. Plano				810 000,00	860 787,00	0,00	537 772,35			
Total Geral				39 133 000,00	39 964 904,00	1 561 345,80	36 222 408,40			

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	29 767 613,24	0,00	0,00	29 767 613,24	0,00	86,7%
0,00	29 767 613,24	0,00	0,00	29 767 613,24	0,00	86,7%
0,00	13 553,38	0,00	0,00	13 553,38	0,00	-
0,00	322 813,66	0,00	0,00	322 813,66	0,00	129,1%
0,00	2 643 490,55	0,00	0,00	2 643 490,55	1 215 356,89	137,5%
0,00	1 126 038,08	0,00	0,00	1 126 038,08	0,00	123,1%
0,00	4 105 895,67	0,00	0,00	4 105 895,67	1 215 356,89	133,0%
0,00	1 968 129,84	0,00	0,00	1 968 129,84	188 986,21	118,1%
0,00	1 968 129,84	0,00	0,00	1 968 129,84	188 986,21	118,1%
0,00	35 841 638,75	0,00	0,00	35 841 638,75	1 404 343,10	91,7%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	16 930,00	0,00	0,00	16 930,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	16 930,00	0,00	0,00	16 930,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	471 967,10	0,00	0,00	471 967,10	0,00	71,5%
0,00	471 967,10	0,00	0,00	471 967,10	0,00	71,5%
0,00	48 875,25	0,00	0,00	48 875,25	0,00	96,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	48 875,25	0,00	0,00	48 875,25	0,00	96,2%
0,00	537 772,35	0,00	0,00	537 772,35	0,00	62,5%
0,00	36 379 411,10	0,00	0,00	36 379 411,10	1 404 343,10	91,0%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas

2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - PORTUGAL

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		1 590,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	781,118,15	
		De receita do Estado		1 590,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		41 150 356,60
1		Dotações orçamentais (OE)		30 256 510,34
		Orç. Funcionamento	29 767 613,24	
	06.03.01.01.01	Transf. Correntes Orçamento do Estado	29 261 173,86	
	10.03.01.01.01	Transf. Capital Orçamento do Estado	506 439,38	
2		Correntes/PIDDAC	16 930,00	
	06.03.01.01.01	AMP. ED. SEDE INE (01)	0,00	
	06.03.01.01.01	ESTAGIOS PROFISSIONAIS (02)	16 930,00	
	06.03.01.01.01	DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)	0,00	
		Capital/PIDDAC	471 967,10	
	10.03.01.01.01	AMP. ED. SEDE INE (01)	0,00	
	10.03.01.01.01	ESTAGIOS PROFISSIONAIS (02)	0,00	
	10.03.01.01.01	DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)	471 967,10	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		6 122 900,76
		Receitas Próprias Correntes	6 122 900,76	
	04.02.04.99.01	Coimas e Penalidades	13 553,38	
	05.02.01.01.01	Bancos e Out. Inst. Financeiras	0,00	
	06.09.01.03.01	Transf. Correntes - Fundo Social Europeu	48 875,25	
	06.09.01.99.01	Transf. Correntes - U. E. Instituições	1 968 129,84	
	07.01.03.99.01	Publicações e Impressos	322 813,66	
	07.02.02.99.01	Serviços	2 643 490,55	
	08.01.99.99.01	Outras receitas correntes	1 126 038,08	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		4 435 755,17
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		335 190,33
		Receita do Estado	335 190,33	
		Operações de Tesouraria	0,00	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3,073,172,28	
		Operações de Tesouraria	1,986,535,02	
		Total		41 151 946,60

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			
		Despesas		41 151 946,60
		Despesas Orçamentais (OE)		30 256 510,34
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	29 767 613,24	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	15 573 762,41	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	826 175,02	
	01.03.	Segurança Social	4 071 538,48	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	8 789 697,95	
	07.	Aquisições bens capital	506 439,38	
2		Correntes/PIDDAC	16 930,00	
	01	AMP. ED. SEDE INE (01)		
	02	Despesas com pessoal	0,00	
		Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
		ESTAGIOS PROFISSIONAIS (02)		
	01	Despesas com pessoal	16 930,00	
	02	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)		
	01	Despesas com pessoal	0,00	
	02	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
2		Capital/PIDDAC	471 967,10	
		AMP. ED. SEDE INE (01)		
	07.	Aquisições bens capital	0,00	
		ESTAGIOS PROFISSIONAIS (02)		
	07.	Aquisições bens capital	0,00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (03)		
	07.	Aquisições bens capital	471 967,10	
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos		4 435 755,17
		Correntes	4 435 755,17	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	2 158 635,74	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	250 604,63	
	01.03.	Segurança Social	686 840,43	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	1 339 674,37	
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias		5 950 050,76
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.073.172,28	
		Operações de Tesouraria	1,986.535,02	
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:		336 780,33
		Receita do Estado	336 780,33	
		Operações de Tesouraria	0,00	
		Saldo para a gerência seguinte		172 850,00
		Execução orçamental		172 850,00
		De dot. orçamentais OE	0,00	
		De receitas próprias	172 850,00	
		Na posse do Serviço	172 850,00	
		Na posse do Tesouro	1.514,295,59	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Total		41 151 946,60

**ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



Relatório e Contas

2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - PORTUGAL

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um Instituto Público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por objecto o exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos que interessem ao País.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artº 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de Março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Art.º 60º do citado diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui qualquer parecer às contas emitido por esta comissão.

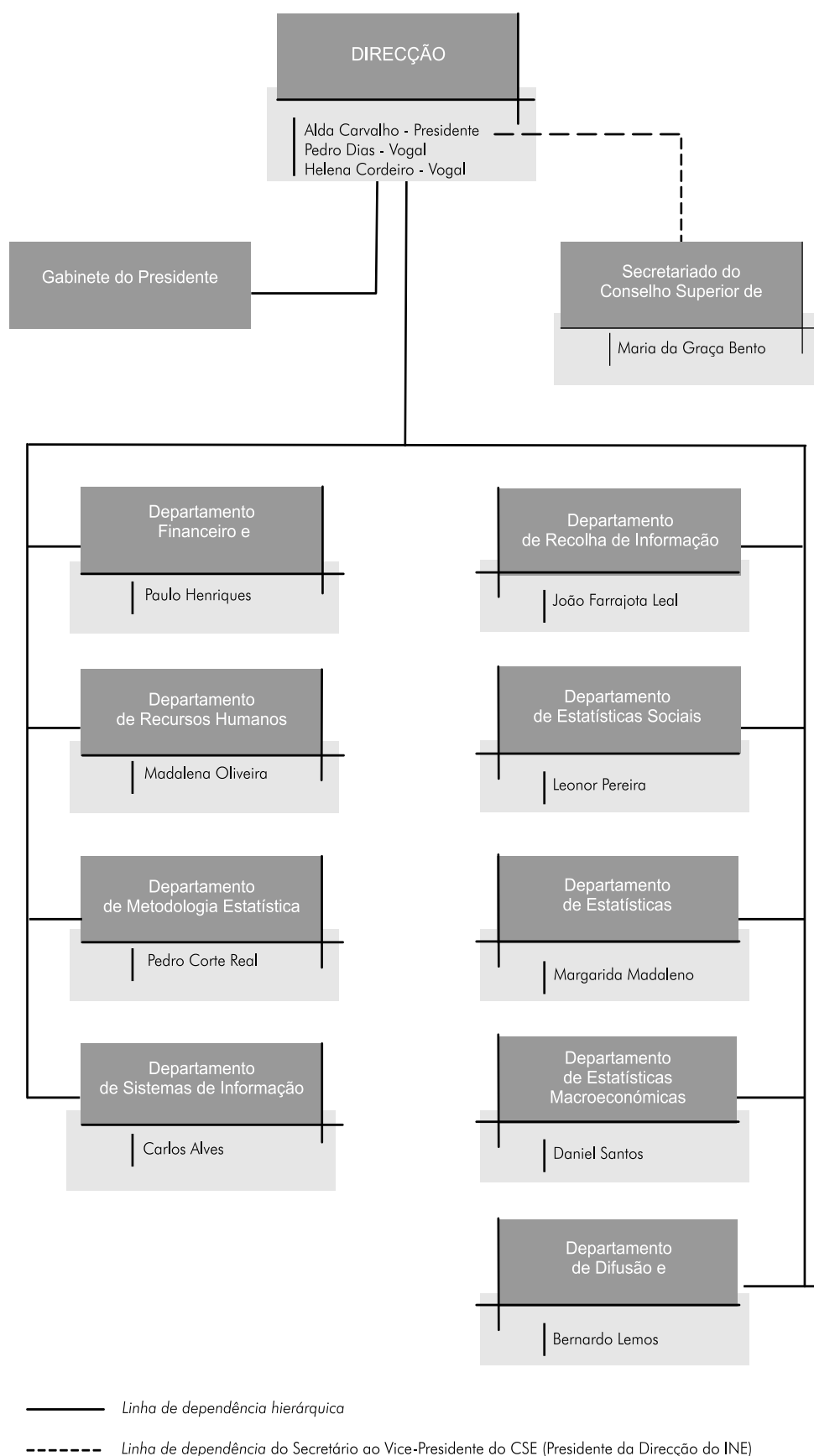
Mantém-se em vigor, contudo, a sua respectiva lei orgânica (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto) com as devidas adaptações.

Deste facto não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a lei orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais. Actualmente, é a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, que estabelece as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional e o Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, que publica os estatutos do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2006



8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho de Administração.

8.1.6 Organização contabilística

- (a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.
- (b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.
- (c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.
- (d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.
- (e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.
- (f) Existe inventário permanente para todas as existências.
- (g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento Financeiro e Administrativo emitir as devidas instruções.
- (h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.
- (i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.
- (j) O Serviço de Contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:
Relatório e Contas;

Informação Mensal:
Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (PIDDAC e O.E.).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2006

CATEGORIA	Nº EFEC-TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			DEPARTAMENTO																
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	Apoio OS	GC 2011	DES	DEE	DEM	DSI	DFA	DRH	DRH BOLSA	DME	DDC	DRI	SCSE	GDINE	DELEG	
Pres./Vogais Executivos	3	1		2	3																
Directores Departamento	10	9		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Director Adjunto	3	3					1	1	1												
Consultores	3	2		1		2			1												
Chefes de Serviço	42	39		3		5		6	6	7	3	1	2		3	1	3	1			4
Tec. Sup. Estatística	191	187	1	3		6	1	20	26	45			2	15	26	6	39	1			4
Tec. Sup. Informatica	53	53						1		2	41			1	3		5				
Outros Tec. Superiores	31	31				8		3				3	3		4	3	4	2			1
Adjuntos de Estatística	224	224				2		9	32	22	6	5	4		16	10	115	1	1	1	1
Administrativos	48	48				3		1		1	1	8	4	1	3	3	19		1	3	
Tec. Prof. Informatica	34	34						1	1		17	2			2	4	7				
Outros Tec. Profissionais	85	84		1	3	6	2	1	3	3	1	7	2	3	6	11	30	2			5
Apoio Geral	16	15		1	2	3						7							2	2	
TOTALS	743	730	1	12	8	35	4	44	71	82	70	34	18	20	64	39	223	7	4		20

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço Administrativo do Departamento Financeiro e Administrativo. Ocorrem, no entanto, situações pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações Regionais, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**8.2.1 Derrogações ao POCP**

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspectos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos**(a) Especialização dos exercícios**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, acções de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento**(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC**

Devido ao facto de a actividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da rubrica de Outros devedores e/ou Outros credores. Assim, excepto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do Eurostat (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h)); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2% - 25%
Equipamento básico	10% - 25%
Equipamento de transporte	25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Equipamento de informática	10% - 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10% - 33,33%

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95% para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80% para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0% para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100% para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50% para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0% para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13 744 806,64	0,00	0,00	0,00	13 744 806,64
Edifícios e outras construções	10 277 122,18	24 875,38	(2 538,08)	0,00	10 299 459,48
Equipamento básico	1 279 803,11	169 897,55	0,00	0,00	1 449 700,66
Equipamento de transporte	486 013,87	0,00	0,00	0,00	486 013,87
Ferramentas e utensílios	117 116,53	4 784,68	0,00	0,00	121 901,21
Equipamento administrativo	3 153 000,88	66 887,72	(162 144,28)	0,00	3 057 744,32
Equipamento de informática	23 579 088,80	700 074,72	(28 782,32)	0,00	24 250 381,20
Outras imobilizações corpóreas	299 906,23	0,00	0,00	0,00	299 906,23
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	52 936 858,24	966 520,05	(193 464,68)	0,00	53 709 913,61

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	3 372 277,63	278 767,79	(1 110,44)	0,00	3 649 934,98
Equipamento básico	1 137 613,55	58 615,01	0,00	0,00	1 196 228,56
Equipamento de transporte	486 013,87	0,00	0,00	0,00	486 013,87
Ferramentas e utensílios	77 861,50	9 973,42	0,00	0,00	87 834,92
Equipamento administrativo	2 555 357,43	228 823,43	(149 708,83)	0,00	2 634 472,03
Equipamento de informática	22 180 374,47	872 730,36	(28 782,32)	0,00	23 024 322,51
Outras imobilizações corpóreas	41 400,80	505,39	0,00	0,00	41 906,19
Totais	29 850 899,25	1 449 415,40	(179 601,59)	0,00	31 120 713,06

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento Financeiro e Administrativo deste Instituto a informação referente a este ponto, mas dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

Os bens do imobilizado em poder de terceiros, constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2006, pertencem à rubrica equipamento de informática e encontram-se afectos às seguintes entidades:

Entidades	V. Aquisição	Amort. Acum.	V. Liq. Contab.
Serviço Regional de Estatística dos Açores	80 687,95	80 687,95	0,00
Direcção Regional de Estatística da Madeira	152 718,37	141 096,25	11 622,12
Direcções Regionais de Agricultura	128 008,93	119 913,92	8 095,01
Totais	361 415,25	341 698,12	19 717,13

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2006 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 3.004.727,54 (2005: 2.936.879,82) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2006 e a pagar em 2007 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2006 o valor a receber do pessoal ascende a 9.689,50 (2005: 10.453,50) e corresponde a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	20 197,28	2 512,89	0,00	22 710,17
Provisões para depreciação de existências	731 607,91	37 317,85	0,00	768 925,76
Subtotal	751 805,19	39 830,74	0,00	791 635,93
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	751 805,19	39 830,74	0,00	791 635,93

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20 772 818,99	0,00	0,00	20 772 818,99
Resultados transitados	(4 874 073,22)	0,00	(162 498,74)	(5 036 571,96)
Resultado líquido do exercício:				
2005	(162 498,74)	162 498,74	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	(107 326,07)	(107 326,07)
Totais	15 736 247,03	162 498,74	(269 824,81)	15 628 920,96

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54 867,77)
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	(39 830,74)
Variação da Produção	(19 187,78)
Outras situações	6 560,22
Resultado líquido do exercício	(107 326,07)

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	89 801,41
Compras	139 205,58
Regularização de existências	1,20
Existências finais	(88 380,85)
Custos no exercício	140 627,34

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	851 318,18
Existências iniciais	(870 505,96)
Diminuições no exercício	(19 187,78)

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	62 320,18	23 276,83	85 597,01
Prestações de serviços	1 743 807,69	382 943,38	2 126 751,07
Totais	1 806 127,87	406 220,21	2 212 348,08

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
681 - Juros suportados	30,51	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	42,34
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	910,26	2 182,67	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	207,45	139,11
688 - Outros custos e perdas financeiros	3 377,22	1 909,23	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(4 110,54)	(3 910,45)			
	207,45	181,45		207,45	181,45

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	535,39	3 797,10	793 - Ganhos em existências	536,59	0,00
694 - Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794 - Ganhos em imobilizações	7 988,02	35 848,84
695 - Multas e penalidades	19,95	89,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	0,00	171 806,37
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	137 175,97	537 951,47	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	178 695,28	103 349,03
698 - Outros custos e perdas extraordinários	29 159,29	0,00	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	1 430 895,97	1 671 650,18
Resultados extraordinários	1 451 225,26	1 440 816,85			
	1 618 115,86	1 982 654,42		1 618 115,86	1 982 654,42

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 1.402.528,40 (2005: 1.661.996,13) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

(a) Outros devedores

Rubricas	2006	2005
EUROSTAT	188 986,21	225 863,13
Especialização do exercício do Orçamento do Estado	0,00	0,00
Direcções e serviços regionais	39 135,29	39 135,29
Pessoal	9 689,50	10 453,50
Outros	0,00	5 953,51
Totais	237 811,00	281 405,43

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2006	2005
Candidaturas Regionais	160 508,39	51 260,59
Comissão Europeia/Eurostat	1 204 507,14	1 141 730,89
Outros acréscimos de proveitos	97 910,61	373 370,00
Totais	1 462 926,14	1 566 361,48

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2006	2005
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	7 108 342,69	7 558 214,14
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	244 356,64	96 978,93
Outros proveitos diferidos	16 295,27	16 459,27
Totais	7 368 994,60	7 671 652,34

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2006	2005
Terrenos	307 924,50	315 905,28
Edifícios e outras construções	4 857 177,45	5 057 629,73
Equipamento básico	253 472,10	142 189,56
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	34 066,29	39 255,03
Equipamento administrativo	423 272,29	597 643,45
Equipamento informático	1 226 058,69	1 398 714,33
Outras imobilizações corpóreas	6 371,37	6 876,76
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	7 108 342,69	7 558 214,14

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2005	7 558 214,14
Reforço (OF e PIDDAC)	966 520,05
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(1 402 528,40)
Outras reduções, por abates	(13 863,10)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	7 108 342,69

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2006	2005
Orçamento de Funcionamento	29 267 326,48	28 682 571,13
Orçamento do PIDDAC	71 539,07	8 226,07
Comissão Europeia/Eurostat	1 447 055,82	1 595 948,64
Candidaturas Regionais/Outros	428 185,46	86 109,46
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	(723 863,62)	6 039,71
Totais	30 490 243,21	30 378 895,01

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em Abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no activo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não actualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte formula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20) / 45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos actuariais efectuados por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projectada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2006	2005
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 1980	EVK 1980
Taxa de crescimento dos salários	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%
Taxa de rendimento do fundo	5%	6%
Taxa técnica actuarial	4%	4%

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo que lhes estão afectos, era como segue:

	2006	2005
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	3 039 922,96	2 458 785,53
Valor do Fundo	3 328 174,13	2 996 322,79
Excesso/Insuficiência de cobertura	288 251,17	537 537,26

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2005	2 458 785,53
Custos correntes	164 780,77
Custos com juros	161 447,91
Perdas Actuariais	305 845,52
Pagamento	(50 936,77)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2006	3 039 922,96

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Directriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

(Valores em euros)

Classificação económica		Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+/(7)+(8)	Observações
Código	Descrição		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na rubrica da rubrica (7)			
			Reforços (4)	Anulações (5)					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Desp. Func. Normal									
	F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS								
01.01.	Remun. certas e permanentes	15 956 186,00	100 000,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00	15 956 186,00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	1 111 200,00	100 000,00	-170 000,00	0,00	0,00	0,00	1 041 200,00	
01.03.	Segurança social	4 313 400,00	0,00	-210 000,00	0,00	0,00	0,00	4 103 400,00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	12 969 214,00	782 000,00	-1 026 000,00	0,00	0,00	0,00	12 725 214,00	
07.	Aq. bens capital	0,00	524 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524 000,00	
	Subtotal 01	34 350 000,00	1 506 000,00	-1 506 000,00	0,00	0,00	0,00	34 350 000,00	
F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS									
01.01.	Remun. certas e permanentes	1 200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200 000,00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00	
01.03.	Segurança social	420 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420 000,00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	803 000,00	0,00	0,00	414 374,00	0,00	0,00	1 217 374,00	
	Subtotal 02	2 673 000,00	0,00	0,00	414 374,00	0,00	0,00	3 087 374,00	
F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS									
01.01.	Remun. certas e permanentes	1 030 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 030 000,00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01.03.	Segurança social	270 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270 000,00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	0,00	0,00	0,00	366 743,00	0,00	0,00	366 743,00	
	Subtotal 03	1 300 000,00	0,00	0,00	366 743,00	0,00	0,00	1 666 743,00	
	Total Desp. Func. Normal	38 323 000,00	1 506 000,00	-1 506 000,00	781 117,00	0,00	0,00	39 104 117,00	
Desp. Investimentos Plano									
F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS									
	AMPL. ED. SEDE INE								
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.	Aq. bens capital	150 000,00	0,00	-16 930,00	0,00	0,00	0,00	133 070,00	
	Subtotal 01	150 000,00	0,00	-16 930,00	0,00	0,00	0,00	133 070,00	
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS									
01.	Desp com o pessoal	0,00	16 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 930,00	
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.	Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Subtotal 02	0,00	16 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 930,00	
DES. S. INF. EC. SOCIAL									
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.	Aq. bens capital	660 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660 000,00	
	Subtotal 03	660 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660 000,00	
F.FIN. 230 RECEITA C/ T. SALDOS									
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS									
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	50 787,00	0,00	0,00	50 787,00	
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.	Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Subtotal 04	0,00	0,00	0,00	50 787,00	0,00	0,00	50 787,00	
	Total Desp. Invest. Plano	810 000,00	16 930,00	-16 930,00	50 787,00	0,00	0,00	860 787,00	
	Total	39 133 000,00	1 522 930,00	-1 522 930,00	831 904,00	0,00	0,00	39 964 904,00	

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
Receitas Func. Normal							
06.03.01.01.01	F.FIN.110 RECEITAS GERAIS	34 350 000,00	0,00	0,00	0,00	34 350 000,00	
	Transf. Correntes - O.E.	34 350 000,00	0,00	0,00	0,00	34 350 000,00	
Subtotal 01							
04.02.04.02.01	F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Coimas e penalidades						0,00
07.01.03.99.01	Publicações e impressos	250 000,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00	
07.02.02.01.01	Serviços	1 923 000,00	0,00	0,00	0,00	1 923 000,00	
08.01.99.01.01	Outras receitas correntes	500 000,00	414 374,00	0,00	0,00	914 374,00	
	Subtotal 02	2 673 000,00	414 374,00	0,00	0,00	3 087 374,00	
06.09.01.99.01	F.FIN.260 RECEITA C/T. SALDOS	1 300 000,00	366 743,00	0,00	0,00	1 666 743,00	
	Transf. Correntes - U.E. Instituições	1 300 000,00	366 743,00	0,00	0,00	1 666 743,00	
Subtotal 03							
	Total Rec. Func. Normal	38 323 000,00	781 117,00	0,00	0,00	39 104 117,00	
Receitas Investimento Plano							
F.FIN.110 RECEITAS GERAIS							
AMP. ED. SEDE INE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
06.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	150 000,00	0,00	0,00	-16 930,00	133 070,00	
10.03.01.01.01	Capital - Orç. Estado		0,00	0,00			
	Subtotal 01	150 000,00	0,00	0,00	-16 930,00	133 070,00	
ESTAGIOS PROFISSIONAIS							
06.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	0,00	0,00	16 930,00	0,00	16 930,00	
10.03.01.01.01	Capital - Orç. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Subtotal 02	0,00	0,00	16 930,00	0,00	16 930,00	
DES. S. INF. EC. SOCIAL							
06.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.01	Capital - Orç. Estado	660 000,00	0,00	0,00	0,00	660 000,00	
	Subtotal 03	660 000,00	0,00	0,00	0,00	660 000,00	
F.FIN.230 RECEITA C/ T. SALDOS							
ESTAGIOS PROFISSIONAIS							
06.09.01.03.01	Correntes - Orç. Estado	0,00	50 787,00	0,00	0,00	50 787,00	
10.09.01.03.01	Capital - Orç. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Subtotal 04	0,00	50 787,00	0,00	0,00	50 787,00	
	Total Rec. Invest. Plano	810 000,00	50 787,00	16 930,00	-16 930,00	860 787,00	
	Total	39 133 000,00	831 904,00	16 930,00	-16 930,00	39 964 904,00	

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 110		
Lei do Orçamento de Estado para 2006 - Orç. Funcionamento	33 826 000,00	29 261 173,86
Recurso Dotação Provisional - Orç. Funcionamento	0,00	0,00
Lei do Orçamento de Estado para 2006 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 01 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	0,00	0,00
Programa 02 - ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	16 930,00	16 930,00
Programa 03 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	0,00	0,00
TOTAL	33 842 930,00	29 278 103,86

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 110		
Lei do Orçamento de Estado para 2006 - Orç. Funcionamento	524 000,00	506 439,38
Lei do Orçamento de Estado para 2006 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 01 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	133 070,00	0,00
Programa 02 - ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
Programa 03 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	660 000,00	471 967,10
TOTAL	1 317 070,00	978 406,48

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1 968 129,84	188 986,21
Subvenções com POAP	Financiamento de Estágios Profissionais	48 875,25	0,00
Subvenções DDC/POSI	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	247 374,56	107 778,06
Subvenções DP/CCRNorte	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	51 260,59	0,00
Subvenções com POAP	Financiamento de Planos de Formação Profissional	55 881,86	52 730,33
Subvenções com SEF	Financiar projectos para obtenção de informação estatística - Rede Europeia Migrações	14 420,65	0,00
	TOTAL	2 385 942,75	349 494,60

